

A HIPÓTESE LEXICALISTA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E  
EMPÍRICAS

por

CARLOS ALBERTO FARACO

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

CAMPINAS

1978

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

Esta dissertação se tornou possível graças a dois fatos:

- a) minha inclusão no regime docente de 40 horas semanais, quando do Plano de Classificação de Cargos da Universidade Federal do Paraná (Decreto nº77.960 de 05.07.76);
- b) minha inclusão no Plano Institucional de Capacitação Docente (PICD/ Universidade Federal do Paraná/CAPES) a partir de 1976 (cf. of. nº821/75 - Comissão Central de Cursos de Pós-Graduação da UFPR).

A

Mário e Etelvina

Cloris

Alexandre e Luiz Francisco

Lembrando...

Ao concluir este trabalho, me vêm à lembrança as pessoas que direta ou indiretamente mais contribuíram para que eu fosse capaz de elaborá-lo:

- Francisco de Borja Abib, que me despertou o gosto pelo estudo da língua portuguesa e das coisas brasileiras
- Eurico Back, que me iniciou na lingüística;
- John Watson Martin, que me iniciou na lingüística gerativo-transformacional;
- Quentin Adley Pizzini, que me ensinou lingüística gerativo-transformacional;
- Maria Bernadete Abaurre Gnerre, que me iniciou numa leitura crítica sistemática da lingüística gerativo-transformacional;
- Carlos Franchi, que me ensinou a olhar criticamente para toda a lingüística; e cujo curso de Teoria Gramatical impediu que esta dissertação fosse mais pobre do que é;
- Carlos Vogt, que me mostrou ser a lingüística muito mais vasta do que eu imaginava;
- Rodolfo Ilari, que foi - quer como professor, quer como

leitor de partes desta dissertação - um fazedor de crítica rigorosa e fecunda;

→ Frank Roberts Brandon, que me orientou, pacientemente, na elaboração desta dissertação;

- Adalberto B. de Freitas, João Wanderley Geraldi e Lígia Negri, que foram companheiros de longas tardes chomskyanas, cheias de extensos e ricos devaneios;

- Basilio Agostini, José Luiz da Veiga Mercer e Linauri Grein Teixeira Ranieri, colegas no Departamento de Linguística da UFPr, que leram partes desta dissertação.

A todos, o meu afeto amigo.

A mim, todas as muitas insuficiências deste trabalho.

## A HIPÓTESE LEXICALISTA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E EMPÍRICAS

### Resumo

O objetivo desta dissertação foi discutir a hipótese lexicalista (proposta em Chomsky, N. 1967. "Remarks on Nominalization". In: Jacobs & Rosenbaum (eds.): 1970. Readings in English Transformational Grammar. Waltham(Mass.), Ginn: 184-221) à luz de dados do português. O texto está dividido em três partes, seguidas das conclusões. Na Parte I, há uma apresentação do problema empírico que orienta o trabalho (estruturas como A vinda dos meninos e A Destruição da cidade pelos inimigos); faz-se uma síntese de algumas das análises que foram propostas para dar conta das referidas estruturas; e se estabelece o quadro teórico que sustenta a análise que se propõe no decorrer do texto (a Teoria Gerativo-Transformacional). Na Parte II, discute-se, com base em dados do português, a argumentação de Chomsky(1967) a favor da hipótese lexicalista. Na Parte III, tenta-se explicitar uma análise lexicalista das estruturas que orientam a dissertação. Como conclusão, destaca-se a insuficiência dos dados analisados para fundamentar uma opção entre hipóteses conflitantes (lexicalista X transformacionalista).

Autor: Carlos Alberto Faraco

Orientador: Frank Roberts Brandon.

## ÍNDICE

|                                                     | Pág. |
|-----------------------------------------------------|------|
| PARTE I.....                                        | 02   |
| Panorama.....                                       | 02   |
| Notas.....                                          | 29   |
| PARTE II.....                                       | 36   |
| A Hipótese Lexicalista e os Dados do Português..... | 36   |
| Notas.....                                          | 52   |
| PARTE III.....                                      | 60   |
| A Análise.....                                      | 60   |
| Notas.....                                          | 96   |
| CONCLUSÃO.....                                      | 102  |
| APÊNDICE.....                                       | 104  |
| BIBLIOGRAFIA.....                                   | 112  |

## PARTES I

### PANORAMA

Chamo de Panorama a esta primeira parte, porque, nela, faço a apresentação tanto do problema que orienta a dissertação, quanto de algumas das análises que se propuseram para dar conta dele ou de aspectos dele; estabeleço o quadro teórico que sustenta a análise que proponho no desenvolvimento do texto; e explicito o objetivo do trabalho.

Interessam-me neste estudo aqueles fenômenos que na lingüística contemporânea se convencionou reunir sob o título de Nominalização. Dentre as muitas estruturas envolvidas sob este título, selecionei dois tipos, exemplificados em (1) e (2)<sup>1</sup>:

(1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)

(2) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos)

e que podem ser assim caracterizados<sup>2</sup>:

(3) (a) eles têm a configuração superficial

(1') Art - N - de+FN

(2') Art - N - de+FN - por+FN;

(b) o item lexical que substitui N é relacionado com um verbo (digamos que ele é a contraparte nominal dum verbo). Desse modo, vinda em (1) e destruição em (2) estão em

relação com os verbos vir e destruir, respectivamente<sup>3</sup>;

- (c) a sentença e a frase nominal contendo respectivamente verbo e nominal aparentados - também se relacionam entre si pelo fato de as mesmas relações que se instauram entre o verbo e os demais constituintes numa sentença poderem se instaurar entre o nominal e os demais constituintes numa FN. Nestes termos, (4) se relaciona com (1), como (5) com (2):

(4) Os meninos vieram

(1) A vinda dos meninos

(5) Os inimigos destruíram a cidade

(2) A destruição da cidade pelos inimigos

Tanto assim é que se pode definir uma mesma relação (digamos, agente/ação) entre os meninos e vieram em (4) e entre os meninos e vinda em (1), bem como entre os inimigos e destruíram em (5) e os inimigos e destruição em (2). Do mesmo modo, entre destruíram e a cidade em (5) pode-se definir uma relação (digamos, ação/paciente), a qual também ocorre entre destruição e a cidade em (2). Esta similitude em termos de relações é bastante interessante e nos permite

especular não só quanto à estrutura interna da sentença e da frase nominal, como quanto às relações entre elas.

Desta caracterização - posta em termos bastante gerais - é possível destacar três espécies de relação:

(6) (a) entre itens lexicais:

vir - vinda

destruir - destruição

(b) entre constituintes duma estrutura:

- na frase nominal

os meninos - vinda

os inimigos - destruição > (agente/ação)

destruição - a cidade — (ação/paciente)

- na sentença

os meninos - vieram

os inimigos - destruíram > (agente/ação)

destruíram-a cidade — (ação/paciente)

(c) entre estruturas (S e FN)

os meninos vieram - a vinda dos meninos

os inimigos destruíram a cidade - a destruição da cidade pelos inimigos.

O que temos resumido em (6) é - na verdade - um complexo de relações, na medida em que a explicação de uma das espécies determina (ou é determinada pela) explicação que se oferecer para as demais: pode-se formular tanto uma hipótese na qual a relação entre as estruturas

(6.c) é que explica (6.b) e (6.a); quanto uma em que é a relação entre os itens lexicais (6.a) que explica (6.b) e (6.c). De qualquer modo, só será de valor lingüisticamente a análise de (1) e (2) que der conta, com simplicidade e generalidade, das três espécies de relação em pauta.

Este complexo de relações - levantado a partir de uma reflexão informal em torno de estruturas como (1) e (2) - é o núcleo desta dissertação, porque em todas as dimensões a serem consideradas (análises já propostas e análise que se proporá) a discussão se fará sempre na perspectiva dos três tipos de relações (entre itens lexicais; entre constituintes; entre estruturas).

Estruturas como (1) e (2) constituem, portanto, um problema lingüístico interessante: elas envolvem aspectos cruciais da análise das línguas humanas, desde relações lexicais até a própria organização da gramática, conforme se verá no decorrer desta dissertação.

A consciência dos diversos aspectos deste problema não é nova nos estudos lingüísticos. Com o objetivo de mostrar isto, vou fazer, a seguir, breve referência a alguns destes estudos, antes de entrar no quadro teórico de sustentação deste trabalho.

A relação entre itens lexicais apresentada acima (3.b/6.a) tem sido tratada, tradicionalmente, sob o título de Morfologia. Desta se diz que é o estudo da classificação, estrutura e formação das palavras, estando,

neste último caso, a derivação, apresentada como o processo pelo qual de uma palavra se formam outras, quer mediante o acréscimo de um afixo ao radical (derivação afixal); quer mediante a redução da palavra derivante (derivação regressiva); quer, ainda, mediante a simples mudança de classe gramatical (derivação imprópria) (cf. Cunha, 1970: 42-53). Assim, itens lexicais como destruir e destruição; amparar e amparo; vir e vinda se relacionam, por ser o segundo item de cada par obtido do primeiro por derivação (afixal, regressiva e imprópria, respectivamente). Este processo é tomado como um dos responsáveis pela constituição das chamadas famílias de palavras (cf. Cunha, op.cit. 42).

Passando, agora, para as relações entre os constituintes da FN (cf. 6.b), encontramos na gramática tradicional a distinção de duas delas, as quais definiam as funções sintáticas de adjunto adnominal (AA) e complemento nominal (CN). A gramática tradicional, porém, estava limitada à palavra e à sentença<sup>4</sup> (cf. Lyons, 1968, cap.5): a morfologia se reservava o estudo da primeira; e à sintaxe, o estudo da segunda. Havia, portanto, uma única unidade sintática: a sentença. As funções de AA e CN, embora sendo definidas por relações entre constituintes duma mesma FN (cf. Lima, 1972: 210 e 224) - o que vale dizer, relações internas à FN - eram tomadas como funções sintáticas da sentença (CN era um termo integrante da oração e AA, um

termo acessório. cf. Lima, op.cit.: 209 e 224). Operando, assim, com um só nível sintático (a sentença), o gramático não tinha condições de destacar outras relações dentro da FN, como - por exemplo - aquela que, em (7), se estabelece entre na semana passada e os demais constituintes da FN, relação esta diferente da que se estabelece entre a mesma locução - na semana passada - e os outros constituintes em (8):

(7) A organização dos arquivos na semana passada facilitou nosso trabalho

(8) A organização dos arquivos facilitou, na semana passada, nosso trabalho

Em (7), o elemento sublinhado se relaciona com a organização dos arquivos, enquanto em (8), com facilitou nosso trabalho. Em qualquer caso, porém, ele seria um adjunto adverbial de tempo da sentença, pela gramática tradicional.

Se a sentença era tida como o único nível sintático, não é de se estranhar o fato de as relações entre estruturas (especificamente para nós, entre FN com nominal de ação e S com o verbo correspondente ao nominal, cf. 6.c) não terem sido tratadas explicitamente. Contudo, são de valor certas intuições reveladas a respeito disto nas gramáticas. E, aqui, vão alguns textos como testemunhas, os quais ousei interpretar, situando-os na linha de problemas que vimos discutindo:

a) "...: 'obediência do aluno'. É claro que, nesta frase, aluno pratica a ação de obedecer." (Almeida, 1967, cap. XLVII)

Em outros termos, aluno é sujeito da ação expressa em obediência, já que, num dos conceitos que se dava de sujeito, na gramática tradicional, este é o ser que pratica a ação expressa pelo verbo (cf. Cunha, 1970: 63). Embora obediência não seja verbo, está expressando também uma ação. De certa forma, o gramático está percebendo uma relação idêntica entre aluno-obediência e aluno-obedecer; em última análise, entre FN e S.

b) Em Torres (1961: 206), uma palavra como obediência recebe a qualificação de "... palavra que tem força de verbo."

O gramático parece revelar a apreensão de certa identidade de desempenho do verbo e do nome; provavelmente esta força se refere à possibilidade de ambos instaurarem relações análogas com os outros constituintes das respectivas estruturas em que ocorrem.

c) um outro texto: "a) A invenção de palavras caracteriza o estilo de Guimarães Rosa (...: palavras é o objeto, a coisa inventada, o paciente da ação contida no substantivo invenção - aqui usada, portanto, transitivamente)" (Lima, 1972: 211)

Outra vez, o que se percebe é uma relação entre invenção e palavras que é a mesma que se pode estabelecer

entre inventar e palavras. Daí, a preocupação com o conceito de transitividade, a se aplicar tanto a verbos quanto a substantivos (cf. Lima, op.cit.: 210-11).

Neste ponto, é interessante observar que os gramáticos tradicionais, em geral, justificam as relações que estou apontando entre FN e S(6.c), com base na morfologia, i.e., nas relações de parentesco lexical das palavras envolvidas.

Dito diferentemente, é pelo fato de por exemplo, conhecer e conhecimento serem palavras da mesma família<sup>5</sup> e conhecer ser um verbo transitivo, que se explica a ocorrência de um constituinte na função de complemento nominal junto a conhecimento. Veja-se, como confirmação, este trecho de Lima (1972: 211) a respeito dos substantivos que são acompanhados de complemento nominal (em oposição aos que o são de adjunto adnominal):

"... o substantivo abstrato de ação, correspondente a verbo da mesma família que exija objeto (direto, ou indireto), ou complemento circunstancial:

inversão da ordem (cf. inverter a ordem - objeto direto);

obediência aos pais (cf. obedecer aos pais - objeto indireto);

ida a Roma (cf. ir a Roma - complemento circunstancial)."

Estas considerações são importantes como prévia para a hipótese com a qual trabalhei nesta dissertação, na

medida em que esta hipótese retoma as relações de parentesco lexical como justificadora da relação entre estruturas diferentes (6.c). A isso, voltarei adiante.

A respeito ainda das relações entre estruturas, é indispensável referir-se à consciência deste problema em Jespersen.

Diante de dados como:

(8) O doutor chegou

(9) Eu vi que o doutor chegou

(10) Eu vi o doutor chegar

(11) Eu vi a chegada do doutor

ele diz que a relação entre as duas idéias 'doutor' e 'chegar' é fundamentalmente a mesma nas quatro combinações (cf. Jespersen, 1924: 149). E, adiante (p.185), numa retomada do assunto, ele destaca a equivalência entre estruturas: "J'ai vu l'arrivée du docteur est équivalent à J'ai vu le docteur arriver et à J'ai vu que le docteur arrivait, ..."

A visão de Jespersen é, de certa forma, mais rica que a quevimos na gramática tradicional. Ele supera os limites impostos por um estudo como o desta gramática (baseado em apenas duas unidades: palavras e sentenças); porque ele opera com a noção de dependência, relação que se estabelece entre as palavras dum conjunto qualquer (e não apenas daquele conjunto que se designaria por sentença). Ele pode, então, apreender um número maior de "unidades" e inter-relacioná-las - como é o caso da apreensão de relações en-

tre os exemplos (8) a (11).

A classificação das palavras por Jespersen em ranks i.e., grupos de palavras constituídas pelo tipo de relação - palavras definidoras ou palavras definidas - que elas podem ter com outras numa combinação qualquer (cf. Jespersen, op.cit.: 119 e seg.); e a possibilidade de elas mudarem de grupo - determinando com isto, um movimento idêntico das outras palavras com elas relacionadas (cf. Jespersen, op.cit.: 186) - revela uma sintaxe muito mais flexível que a tradicional.

Daqui para frente, discutirei o problema que está orientando a dissertação (i.e., as relações entre itens lexicais, entre constituintes duma estrutura e entre estruturas, levantadas a partir dos exemplos

- (1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)
- (2) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos)
- (4) Os meninos vieram
- (5) Os inimigos destruíram a cidade

e sintetizadas em (6), acima), assumindo como fundamento a teoria gerativo-transformacional.<sup>6</sup>

Hã, na lingüística gerativo-transformacional, duas hipóteses diferentes (H.1 e H.2) para dar conta de estruturas como (1) e (2):

- H.1: A estrutura profunda que subjaz a uma FN como (1) ou (2) é idêntica à que subjaz a uma S como (4) ou (5). A diferença superficial se deve a

diferentes processamentos da estrutura profunda pelo subcomponente transformacional.

H.2: A estrutura profunda que subjaz a uma FN como (1) ou (2) é diferente da que subjaz a uma S como (4) ou (5). A semelhança que se percebe entre FN e S se deve - basicamente - ao fato de elas conterem itens relacionados no léxico.

A primeira hipótese é chamada de transformacionalista (a base gera uma estrutura profunda com as mesmas características, havendo regras específicas, no subcomponente transformacional, para superficializá-la como FN ou como S); e a segunda, de lexicalista (o subcomponente transformacional perde aquelas regras de nominalização; a base gera estruturas profundas diferentes - uma nominal, outra sentencial - estando os itens lexicais intimamente relacionados no léxico)<sup>7</sup>.

Dito de outro modo, a relação entre FN e S - (1) e (4), (2) e (5) - tem explicações diferentes:

- a) para os postuladores da hipótese transformacionalista, as semelhanças se devem ao fato de ambas as estruturas superficiais serem derivadas transformacionalmente duma estrutura profunda com as mesmas características;
- b) para os postuladores da hipótese lexicalista, as semelhanças se devem ao fato de ambas as estruturas superficiais - embora derivadas de estru-

turas profundas diferentes - conterem itens lexicais aparentados<sup>8</sup>.

Concluindo: se retornarmos aos três tipos de relação vistos em (6)-entre itens lexicais (6.a), entre constituintes duma estrutura (6.b), entre estruturas (6.c)-, veremos que um transformacionalista dirá que a relação entre S e FN (6.c) se explica por terem ambas idêntica estrutura profunda. Isto também explica as relações entre os constituintes (6.b), já que é no nível da estrutura profunda que elas se definem (cf. Chomsky, 1965: §2.2). Dependendo do conjunto de regras transformacionais que se aplicam (no nosso caso específico, se as regras de nominalização forem escolhidas), poderemos motivar - via sub-componente transformacional - a introdução na estrutura de itens lexicais derivados (derivação no sentido da morfologia derivacional) - relação destacada em (6.a). O nominal de ação é, nestes termos, a forma que o verbo toma se a S onde ele está, for nominalizada.

Um lexicalista, ao contrário, dirá que a relação entre S e FN (6.c) se explica porque elas têm itens lexicais que se relacionam no léxico (6.a) por compartilharem certas propriedades quanto às relações que eles podem instaurar com os demais constituintes (6.b) das estruturas em que entram, as quais, embora diferentes, têm propriedades comuns (cf. nota 8).

A hipótese H.1 precedeu, no tempo, a H.2 Aquela, in-

clusive, foi, durante certo período, a única plausível, dentro da teoria. Isto se explica por limitações do próprio modelo então em voga. Se hoje se reconhece que a captação de generalizações significativas linguisticamente (objetivo inicial e permanente da teoria) pode ser feita de maneiras diversas, na época do modelo de Chomsky (1957), porém, havia uma única maneira: postulando uma única estrutura de base, subjacente e várias estruturas superficiais, e derivando estas daquela via transformações.

A partir do modelo de Chomsky (1965) - no qual se dividiu a base num subcomponente categorial e num lexical; e se introduziram os traços sintáticos - criaram-se - segundo Chomsky (1967:188) - condições para a formulação duma hipótese com a lexicalista.

O primeiro texto em que se formula em detalhes uma análise transformacionalista para estruturas como

- (1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)
- (2) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos)

é Lees (1960).

Ele observa que

- a) é possível produzir sempre novos nominais (estruturas como (1) e (2), entre outras<sup>9</sup>); (Lees, op.cit.:XVII)
- b) na estrutura de tais nominais, são apreensíveis relações sintáticas encontradas em sentenças (op.cit.: XVIII)<sup>10</sup>.

Lees, então, concluiu que os fatos observados motivavam a procura duma formulação mais parcimoniosa da gramática (uma formulação que relacione FN e S), alcançável pela incorporação nesta de regras que convertam estruturas de base (terminal strings) em estruturas nominais de várias formas, dando conta, assim, das relações entre as estruturas (op.cit.: XIX).

Lees se propõe a explicitar as regras sintáticas de conversão de estruturas de base em estruturas nominais. Assim, seria de caráter puramente sintático a relação entre estas estruturas: a estrutura nominal de superfície, contendo item lexical derivado, seria obtida de estruturas de base por meio de transformações específicas.

As transformações de nominalização eram, no modelo de Syntactic Structures (com o qual opera Lees), generalizadas. Estas - diferentemente das singulares que se aplicavam a uma só S - convertiam um par de sentenças numa única sentença, encaixando uma parte ou o todo de uma S na outra, ou conjugando-as. Por meio destas transformações se dava conta do fenômeno da recursividade, i.e., da possibilidade de engendramento infinito de estruturas encaixadas ou conjugadas pela reaplicação sucessiva das regras<sup>11</sup>.

Tomemos - para exemplificar - a estrutura (1):

(1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)

e formulemos uma análise fundamentada na proposta de Lees.

Em Lees (op.cit.:67-8), há a regra de transformação generalizada número 7 (GT 7) para dar conta de nominais de ação correspondentes a verbos intransitivos (vinda - vir). Reproduzo aqui a regra, adaptando-a para os fatos do português<sup>12</sup>:

(GT 7)

(S<sub>1</sub>) X - Art - N<sub>a</sub> - Y

(S<sub>2</sub>) FN - T - V<sub>in</sub> - (Adj-mente) - Z

(S<sub>3</sub>) X - Art - NML + V<sub>in</sub> + (Adj) + de + FN - Z - Y



Explicitando; dadas duas S<sub>s</sub> (S<sub>1</sub>, S<sub>2</sub>) com as descrições estruturais apresentadas acima, obtém-se uma S<sub>3</sub> (S<sub>3</sub>):

I: fazendo mudanças estruturais em S<sub>2</sub>, ou seja:

- a) apagando T;
- b) introduzindo NML junto de V<sub>in</sub>;
- c) mudando Adj-mente para Adj;
- d) pospondo FN a NML + V<sub>in</sub>;
- e) inserindo de entre NML + V<sub>in</sub> e FN.

II: encaixando S<sub>2</sub> assim transformada em S<sub>1</sub>:

- a) substituindo N<sub>a</sub> de S<sub>1</sub> pela seqüência NML + V<sub>in</sub> + (Adj) + de + FN;
- b) substituindo NML + V<sub>in</sub> pelo nominal derivado;
- c) especificando o artigo.

Tivéssemos, então:

(S<sub>1</sub>) Art - N<sub>a</sub> - atrapalhou nossos planos

(S<sub>2</sub>) Os meninos - pass - vir

FN                      T                      V<sub>in</sub>

obteríamos, por (GT 7),

(S<sub>3</sub>) A - vinda dos meninos - atrapalhou nossos...  
 Art       NML + V<sub>in</sub> + de + FN                      Y

Vejamos, agora, como uma análise assim formulada daria conta do complexo de relações de (6). Começemos por (6.b) - relação entre os constituintes duma estrutura - e (6.c) - relações entre estruturas.

FNs como

(1) A vinda dos meninos (...)

(2) A destruição da cidade pelos inimigos (...)

seriam obtidas transformacionalmente de estruturas subjacentes sentenciais. FNs como (1) e (2) seriam versões nominais de sentenças (cf. Lees, op.cit.: 54): num determinado nível de análise, a estrutura que subjaz a (1) ou a (2) é idêntica à que subjaz respectivamente a (4) ou (5),

(4) Os meninos vieram

(5) Os inimigos destruíram a cidade.

Sendo idêntica a descrição estrutural num determinado nível e sendo aí o ponto onde se definem as relações entre os constituintes, é possível ao modelo - com uma só estrutura abstrata e com o recurso da regra transformacional - dar conta da identidade de S e FN quanto ao tipo de relações entre seus constituintes (6.b); e dar conta da relação entre S e FN (6.c).

Restaria, então, a relação entre itens lexicais (6.a).

O modelo que estamos considerando, não supõe um nível especificamente morfológico e procura dar conta dos aspectos morfológicos por meio de uma combinação de recursos sintáticos e fonológicos: o surgimento dum nominal na estrutura se dá como consequência da aplicação da regra transformacional de nominalização, a qual cria uma subsequência NML + V que - segundo Lees (op.cit.: 68) - produzirá mais tarde nominais derivados ("The nominalizing morpheme - NML will later produce derived nominals in -tion, -ity, -ment, etc.").

Poder-se-ia colocar - como problema relevante - a forma que o nominal vai ter, i.e., a questão de saber como determinamos a escolha dos sufixos.

Digamos que o modelo, neste ponto, peca por omissão: ao tentar suprimir um nível especificamente morfológico, atribuindo à sintaxe e à fonologia as tarefas da morfologia, ele não foi às últimas consequências desta opção. Embora ele apresente recursos para relacionar S e TV, ele não os fornece para explicar fatos como

- |                |   |           |   |             |
|----------------|---|-----------|---|-------------|
| (12) a) cassar | - | cassação  | - | *cassamento |
| b) casar       | - | *cassação | - | casamento   |
| c) ordenar     | - | ordenação | - | ordenamento |
| d) ler         | - | leitura   |   |             |

i.e., ele não explicita o "mais tarde" (later) da frase de Lees citada anteriormente ("The nominalizing morpheme -

NML will later produce derived nominal in -tion, -ity, -ment, etc.")

Parece claro que não basta dizer que cassação é produzido como consequência de se aplicar a transformação de nominalização a uma estrutura sentencial subjacente com o verbo cassar. É preciso, também, ter recursos para predizer fatos como os que estão em (12), os quais, aparentemente, envolvem processos não regulares ou bastante complexos. A questão da derivação morfológica permanece em aberto.

Outro fato interessante é que numa gramática do português, o nominal deve entrar na estrutura ainda no componente sintático: em português, é preciso aplicar a regra de concordância (Nome-Artigo e Nome-Adjetivo); a concordância é um fenômeno sintático e vai depender da forma que assumirá o nominal (a cassação / o casamento); logo, esta forma deve ser especificada nos limites do componente sintático.

Este fato causa um certo transtorno a um modelo que pretenda deixar para a fonologia a especificação da forma do nominal.

Vejam, agora, como ficaria uma análise transformacionalista de (1) e (2), incorporadas ao modelo as reformulações teóricas propostas por Chomsky (1965).

Neste último texto (cap.3), argumenta-se a favor do abandono das transformações generalizadas e se atribui às regras de reescritura do subcomponente categorial da base a propriedade de introduzir o símbolo S à direita da flecha, o que permite o reinício da aplicação das regras: a re-

cursividade deixa de ser tarefa do subcomponente transformacional e passa para a base (cf. Chomsky, 1965:134).

O abandono das transformações generalizadas não invalidou a proposta de Lees no que diz respeito aos seus princípios fundamentais, i.e., à idéia de uma análise transformacionalista de (1) e (2) (obter (1) - (4) e (2) - (5) de idênticas estruturais profundas).

As propostas do presente modelo para dar conta do complexo de relações de (6) - especialmente de (6.b) e (6.c) - são, assim, praticamente as mesmas do modelo anterior: sendo uma S e uma FN - ambas de superfície - relacionadas, atribui-se a ambas uma estrutura profunda (EP) idêntica. Neste nível de representação (EP), se definem (e se definem uma só vez para S e FN, já que ambas derivam da mesma EP) as funções dos constituintes, as relações entre eles, bem como as restrições de seleção. O que se tinha de fazer era adaptar a análise de Lees ao novo modelo.

Apesar disto não parece haver nenhum trabalho que tenha explicitado uma tal análise. Fraser (1970) e Newmeyer (1970) usam o modelo para tratar certos nominais de ação do inglês (John's driving of the car), mas não especificamente do tipo que estou abordando neste trabalho, salvo pequena referência em Newmeyer (op.cit.: 413-4), a qual é de pouco auxílio por excessivamente programática. Votre (1974) também não oferece apoio, pois, embora tente formular uma análise transformacionalista dos nomes deri-

vado de base verbal, aceitando - ao que parece - o modelo de Chomsky (1965), não opera com todas as reformulações introduzidas por este último texto; e, seguindo Ruwet (1967), postula a transformação de nominalização como uma transformação generalizada, à moda de Lees (1960). Compararemos os dois textos:

- Ruwet (op.cit.: 189): "Consideremos primeiramente o caso mais simples, o dos substantivos formados a partir de verbos intransitivos. A frase /11/ a chegada de Pedro surpreendeu João pode ser descrita como o produto de uma transformação generalizada que opera sobre as seqüências subjacentes às frases Pedro chegou e Alguma coisa surpreendeu João".
- Votre (op.cit.: 70): "Na Tnomin, como já vimos, uma oração se converte em um nome ou em um sintagma nominal. Quando estão em jogo duas orações, a Tnomin se formaliza pela operação que encaixa uma versão transformada de uma oração constituinte no lugar de um nome ou de um sintagma nominal na oração.

Ex.: Eu ACREDITAR X

Pedro SOFRER

EU ACREDITAR no sofrimento de Pedro."

Tentemos formular, então, uma análise de

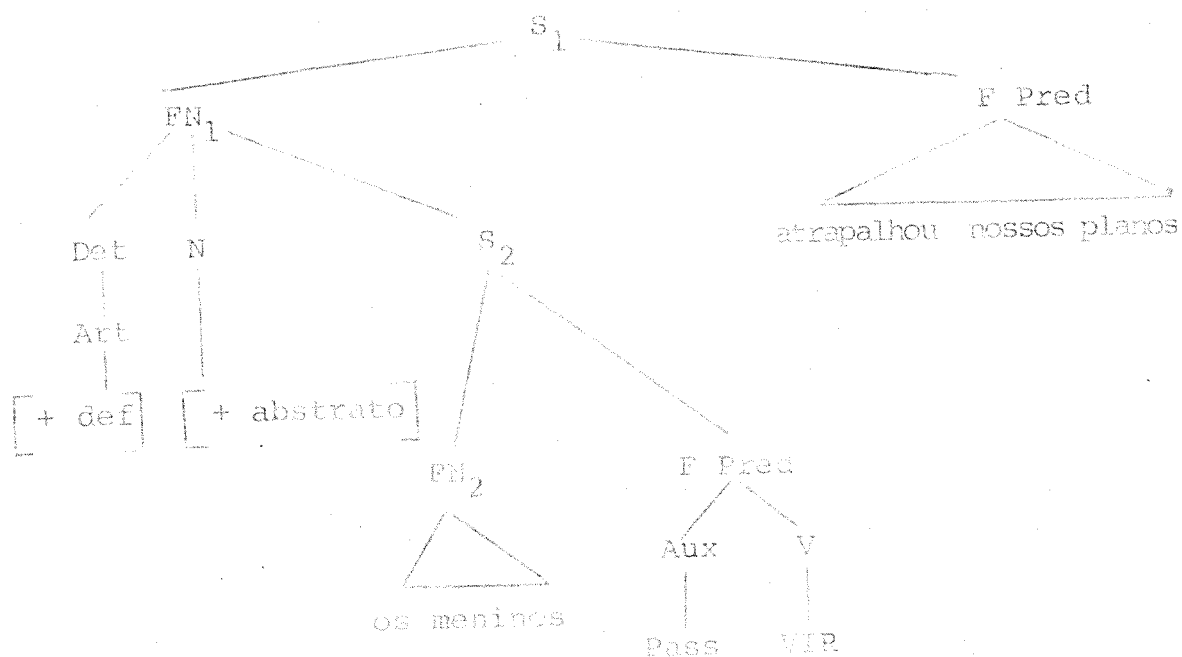
(1) A vinda dos melinos (atrapalhou nossos planos)

com base em Chomsky (1965), utilizando o seguinte fragmento de gramática:

- (13)  $S \rightarrow FN \quad FPred$
- $FN \rightarrow (Det) \ N \ (S)$
- $Det \rightarrow (Pré-Art) \ Art \ (Pós-Art)$
- $N \rightarrow \left[ \begin{smallmatrix} + \\ - \end{smallmatrix} \text{ Abstrato} \right]$
- $F \text{ Pred} \rightarrow Aux \ FV$
- $Aux \rightarrow T$
- $FV \rightarrow V \ (FN)$
- $T \rightarrow \left\{ \begin{smallmatrix} pres \\ pass \end{smallmatrix} \right\}$
- $Art \rightarrow \left[ \begin{smallmatrix} + \\ - \end{smallmatrix} \text{ def} \right]$

(a) - Sendo a estrutura profunda

(14)



(b) - e as regras:

R.1: Descrição Estrutural (DE)

X - FN - Aux - V - Y  $\Rightarrow$   
 1 2 3 4 5

Mudança Estrutural (ME)

1  $\emptyset$   $\emptyset$  NML+4 de+2 5

Condição: 2 3 4 são subsequências duma  
 S encaixada.

As diversas mudanças sintetizadas nesta regra são:

- inserir NML junto a V<sup>13</sup>;
- apagar Aux;
- pospor FN a NML + V;
- inserir de antes de FN.

R.2: DE: Art - N - NML + V + de + FN - Y

1 2 3 4  $\Rightarrow$

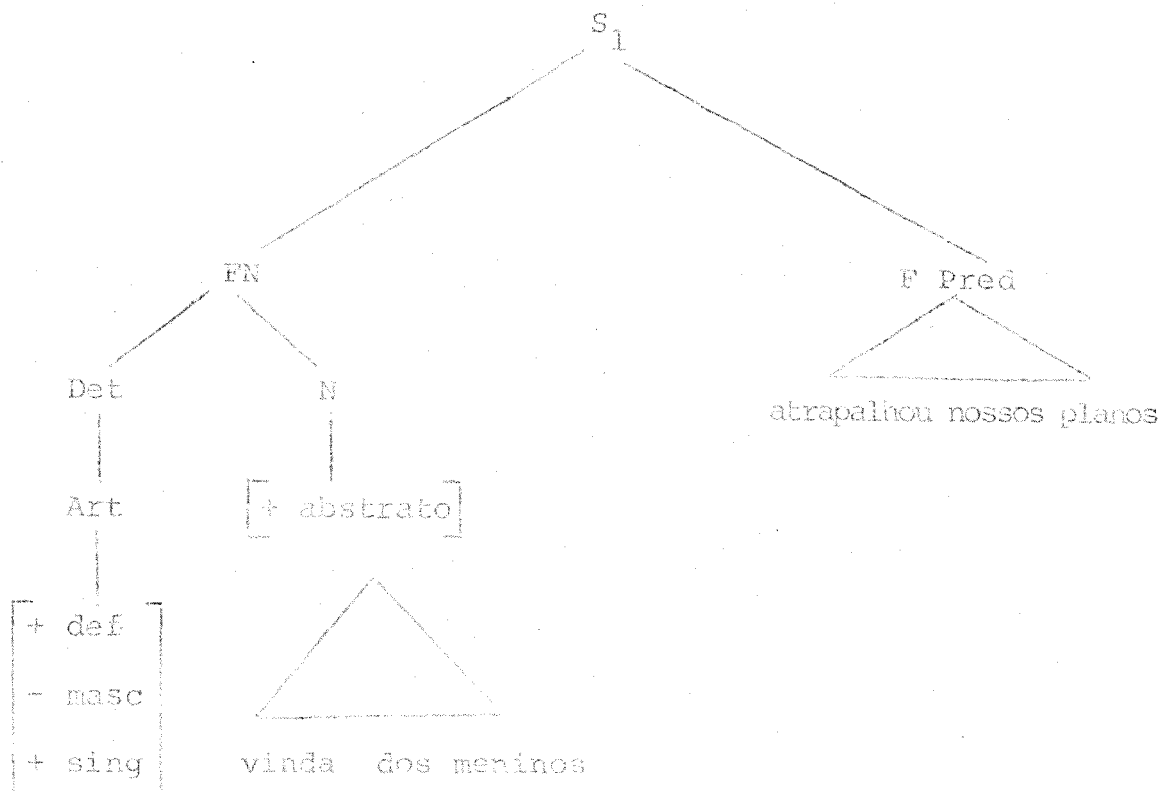
ME: 1 2,3  $\emptyset$  4

(A vírgula está para juntar 3 sob 2)

Cond.: N está desdobrado em [+ abstrato]

- (c) - Obteríamos, então, a estrutura superficial (substituindo NML + V pelo nominal correspondente; e fazendo a concordância Nome-Artigo):

(14')



Vejamos, agora, como tratar a relação entre itens lexicais - (6.a) -, fundamentando-se no modelo presente-mente em discussão.

Em Chomsky (1965, cap. 4, §2.3.: 184 e seg.), se chama a atenção para os problemas que uma gramática gerativa enfrenta ao tentar dar conta dos processos de derivação, justamente por serem eles, na maior parte, esporádicos ou semiproductivos.

A tarefa - segundo Chomsky - é mais simples, se for possível mostrar que o processo é regular, como no caso dos nomes derivados de verbos: a regularidade do processo sugere uma solução transformacionalista<sup>14</sup>.

Embora o processo seja regular, os fatos parecem mostrar que a forma do nominal - a forma que substitui NML + V - é idiossincrática - conforme se discutiu anteriormente a propósito dos exemplos (12).

Em Chomsky (1965:184), se aceita o caráter idiossincrático da forma do nominal e se dá, num certo sentido, uma resposta à questão morfológica (a qual tinha ficado em aberto no modelo anterior), atribuindo ao léxico a tarefa de registrá-la sob a entrada do respectivo verbo, já que o léxico - no segundo modelo - é o repositório das propriedades idiossincráticas dos itens lexicais (cf. Chomsky, op.cit.:86-7: 136;142):

"Clearly, the words destruction, refusal, etc. will not be entered in the lexicon as such. Rather, destroy and refuse will be entered in the lexicon with a feature specification that determines the phonetic form they will assume (by later phonological rules) when they appear in nominalized sentences." (Chomsky, op.cit.: 184)

A análise por este segundo modelo continua considerando como irrelevante o estabelecimento dum nível especificamente morfológico: atribuem-se as tarefas da morfologia a uma combinação de processos sintáticos e fonológicos acrescida da informação do léxico.

Observe-se, novamente (cf.p.19), que a forma do nominal - numa gramática do português - não pode esperar o componente fonológico para ser especificada, na medida em que dela depende a correta aplicação da regra de con-

cordância (Nome-Artigo ; Nome-Adjetivo).

Talvez, a inserção da forma nominalizada do verbo se possa fazer por uma reaplicação da regra lexical, dentro do componente sintático.

Dediquemos, em seguida, um pouco mais de nossa atenção ao problema da derivação morfológica.

Este é um assunto bastante complexo para uma gramática gerativa, em razão da imprevisibilidade - ao menos aparente - na escolha dos afixos derivacionais (p.ex., a escolha entre -ção e -mento para se obter nomes derivados de verbos). A complexidade do assunto limita os teóricos gerativos, ao menos por ora, a um mero arranjo taxonômico dos dados (cf. Chomsky, op.cit.: 192). É nesta linha que está, por exemplo, Chapin (1970), onde se faz uma listagem de problemas interessantes a serem considerados por um estudo qualquer que pretenda ultrapassar a mera taxonomia.

A teoria, contudo, precisa da informação sobre a estrutura interna das palavras, quer para dar conta da competência do falante para criar e interpretar palavras novas, quer para o funcionamento de outras partes da gramática.

Neste segundo caso, a teoria tem sido obrigada - à falta de estudos explícitos da derivação lexical - a trabalhar assumindo "a priori" este tipo de informação. É o que ocorre, por exemplo, na seguinte afirmação em Chomsky & Halle (1968: 33): "The word theatrical..., is CLEARLY

DERIVED from theater...". O destaque de CLEARLY DERIVED é meu e a pergunta é: como incorporar à gramática este "a priori", i.e., que condições devem ser definidas para se saber quando uma palavra é claramente derivada de outra.

Muitos aspectos do estudo dos padrões de acento em inglês, em Chomsky & Halle (op.cit.: 29 e seg.), envolvem informação morfológica (estrutura interna da palavra): a colocação do acento em certas palavras supõe que se especifique a sua estrutura interna para permitir que a aplicação cíclica das regras produza os resultados corretos. Outra vez, resta saber quais os critérios explícitos de especificação de estrutura interna de palavras.

Em Hooper (1973: 72), discutem-se os processos morfológicos em termos de processos produtivos e não produtivos, tirando - como consequência desta distinção - a conclusão de que as palavras obtidas por processos produtivos não serão listadas no léxico. Assume-se, portanto, que tais processos sejam explicitados em algum ponto da gramática, sem o que não é possível saber que palavras são ou não incluídas no léxico.

Em resumo, o problema básico - no assunto derivação lexical - parece ser explicitar os recursos de engendramento e descrição estrutural de palavras.

Concluindo a Parte I: definimos nesta Parte, as estruturas da língua portuguesa que interessavam nesta

dissertação - (1) e (2); discutimos os prismas sob que tais estruturas interessavam - o complexo de relações de (6); referimo-nos a alguns dos estudos a respeito do assunto; e vimos a questão na gramática gerativo-transformacional.

Daqui para frente, vamos discutir a hipótese lexicalista à luz dos dados do português (Parte II) e tentar explicitar uma análise lexicalista das estruturas que nos estão a interessar (Parte III).

## PARTE I

### NOTAS

1. A respeito do título Nominalização, comentários mais detalhados na nota 7.

Vou deliberadamente concentrar-me apenas em estruturas como (1) e (2), para evitar que a amplitude do assunto escolhido me condene a um suplício de Tântalo. É claro que a análise que vou propor para (1) e (2) só passa a ser interessante na medida em que ela abranja também os casos excluídos de maiores considerações neste trabalho. Dentre estes, as estruturas que contêm nominais de agente como inventor em o inventor da roda; e de resultado como invento em o invento de João. Ver, a respeito destes tipos de estrutura, Lakoff (1970, cap. 5, itens 5.2 e 5.13; e cap. 6, itens 6.41-45) e McCawley (1968 a: 267 e seg.).

Igualmente excluo estruturas contendo nominais relacionados com adjetivos (crueldade em a crueldade de João; e valentia em a valentia do coronel) ou outros nominais de ação com estrutura não exemplificada em (1) e (2), como - por exemplo - doação em a doação dos livros às escolas.

Ver nota 3 para outro caso excluído.

2. A caracterização que está a seguir é bastante informal, porque estou delineando o problema da dissertação, fazendo-o com traços bastante gerais: dou características

informais para - a partir delas - poder trabalhar mais acuradamente no decorrer do texto.

Quando a seguir no texto falo em relação, o termo está empregado num sentido amplo equivalente intuitivamente a vinculação, ligação. Ao apresentar certas relações em termos de agente/ação, ação/paciente, faço-o também informalmente: primeiro, porque os termos ação, agente, paciente não têm conceito explícito em lingüística; e, segundo, porque está me interessando, de início, destacar o fato de haver um tipo qualquer de relação entre os constituintes de uma estrutura, sem, por ora, especificar cada tipo de relação em particular.

As abreviaturas que estão no texto, a seguir, devem ser assim entendidas: Art - artigo; N - nome; FN - frase nominal; S - sentença.

Chamarei de nominal ao nome relacionado morfologicamente com outra palavra (com um verbo, no caso específico desta dissertação).

3. É importante destacar que os nominais em relevo aqui são os nominais de ação, assim chamados pelo fato de serem eles (como seus parentes verbais) referentes duma ação. E, aqui chegamos a um limite de explicitação: não existe, em lingüística, nenhum conceito satisfatório de ação. Isto nos obriga a apelar a nossas intuições, visando a deixar claro - no limite do possível - quais estruturas estão sendo enfocadas. Com o objetivo de avivar nossa intuição, ponho em confronto uma estrutura com um nominal

de ação e outra com um nominal de sentimento, este também relacionado com um verbo, mas a estrutura que o contém é diferente daquelas exemplificadas em (1) e (2), como se pode ver a partir de (a) e (b):

(a) O amor de João por Maria (nos alegra)

(b) A destruição de João por Maria (nos alegra)

Embora a estrutura superficial de (a) e (b) seja a mesma (Art - N - de - FN - por - FN), a relação que se pode definir entre João e amor (digamos, João é agente do amor) é diferente daquela entre João e destruição (João, aqui, é o paciente da destruição); tal como entre Maria e amor (Maria é o paciente do amor) e Maria e destruição (Maria é agente da destruição), fato que fica patente se compararmos duas sentenças equivalentes a (a) e (b):

(a') João ama Maria...

(b') Maria destrói João...

As estruturas com nominais de sentimento - (a), nos exemplos discutidos - estão excluídas deste trabalho. A respeito delas, ver Ruwet (1967: 138 e seg., especialmente p.194, item 5.3.2.2.).

4. Oração, na terminologia tradicional.

5. "Denomina-se FAMÍLIA DE PALAVRAS o conjunto de todas as palavras que se agrupam em torno de um radical comum, do qual se formaram pelos processos de derivação ou de composição" (Cunha, 1970: 42). Nestes termos, conhecimento e conhecer pertencem à mesma família: ã do radical CONHEC-.

6. Uma análise em constituintes imediatos não se importava com as relações entre estruturas como (1)-(2) e (4)-(5): cada uma recebia uma descrição estrutural diferente.

Na lingüística gerativo-transformacional, tais relações passaram a ser relevantes: o falante as percebe; e a gramática - procurando ser um modelo da competência do falante - deverá expressá-las.

O nome lingüística gerativo-transformacional é, hoje genérico demais, na medida em que sob ele coexistem diferentes posições teóricas (especialmente no que se refere à elaboração de modelos). Neste trabalho, estou assumindo a teoria mais próxima de Chomsky, cuja posição quanto à organização da gramática pode ser assim resumida:

-a gramática é um mecanismo composto de três componentes: o sintático, o semântico e o fonológico. Destes, o primeiro é o central por ter o poder de engendrar um conjunto infinito de objetos formais - cada um com sua descrição estrutural - que permitem relacionar som e significado numa língua qualquer.

O primeiro é, portanto, o componente gerativo, enquanto os outros dois são interpretativos. Vale dizer, os componentes semântico e fonológico desempenham o papel de passar as estruturas sintáticas para sistemas de representação semântica e fonética.

Estas assunções têm se mantido constantes em Chomsky, não tendo sido afetadas pelas contínuas reformulações do seu modelo (cf. Chomsky, 1965, cap. 1, item 3; \_\_\_\_\_, 1967:

184-5; \_\_\_\_\_, 1968:183-7).

Observação terminológica: em geral, os termos técnicos presentes na discussão que se segue (estrutura profunda, estrutura superficial, base, subcomponente transformacional, léxico, transformação, ...) são tomados com o conceito corrente nos trabalhos de lingüística gerativo-transformacional e que foram formulados em Chomsky (1965).

7. O termo nominalização é tomado como designativo dum conjunto de regras do subcomponente transformacional da gramática. Este recebe - como entrada - uma estrutura profunda contendo encaixada uma seqüência dominada por S; e dá - como saída, aplicadas as regras antes mencionadas - esta mesma seqüência transformada numa estrutura nominal.

A hipótese lexicalista abandona este conjunto de regras. Com isto, ela empobrece o subcomponente transformacional (i.e., diminui-lhe o número de regras), enriquecendo, em contrapartida, o subcomponente categorial (aumenta-lhe o número de regras).

Em trabalhos lexicalistas - como Basilio (1977) - continua-se a empregar o termo nominalização, apenas que designando um processo morfológico e, não, um conjunto de regras do subcomponente transformacional, como se verá a diante.

8. Deve-se destacar que as estruturas profundas - embora diferentes - têm aspectos em comum. Assim, as semelhanças entre FN e S se explicam, em princípio, pelo parentesco dos itens lexicais no léxico, mas também por ana-

logia formal das estruturas profundas que os contêm, questão que se discutirá adiante.

9. Além dos nominais derivados de verbos como vinda e destruição, Lees estuda outros nominais derivados de verbos (inventor); nomes derivados de adjetivos (constância) e nomes compostos (beija-flor).

10. As relações sintáticas, no caso, são as que definem funções como sujeito, objeto, ..., funções estas que terão formulação mais explícita para a teoria em Chomsky (1965, cap.2).

11. A respeito de transformações generalizadas, ver Chomsky (1957:72 e seg.); Chomsky (1962:229 e seg.); a propósito do problema da interpretação semântica das estruturas obtidas via estas transformações, ver Katz & Postal (1964:12 e 48-53).

12. Uso o seguinte fragmento de gramática - adaptado a partir de Lees (1960:41):

$$S \rightarrow FN \quad FV$$

$$FN \rightarrow Det \begin{Bmatrix} N_a \\ N \end{Bmatrix}$$

$$FV \rightarrow Aux \quad V$$

$$Det \rightarrow (Pr\acute{e}-art) \quad Art$$

$$Aux \rightarrow T$$

$$V \rightarrow \begin{Bmatrix} V_{in} & (Maneira) \\ V_{tr} & FN \end{Bmatrix}$$

$$T \rightarrow \begin{Bmatrix} presente \\ passado \end{Bmatrix}$$

Maneira → Adj-mente

...

O símbolo  $N_a$  está para nome abstrato: é o 'buraco' na estrutura encaixante para receber - via transformação generalizada - a S nominalizada.

No texto, aparece NML (símbolo para morfema de nominalização); Y (corresponde ao resto da sentença encaixante); X e Z podem ser nulos.

13. Nesta formulação exemplificativa, estou assumindo que a transformação de nominalização é facultativa. Em Chomsky (1965:235, n.40), sugere-se que o indicador sintagmático de base já contenha, na S encaixada, o morfema de nominalização (NML). Neste caso, a transformação seria obrigatória.

14. Em Chomsky (1967:188), vai se procurar mostrar que, de fato, o processo não é assim regular em inglês, o que se toma como um dos argumentos para a elaboração da hipótese alternativa.

## PARTE II

### A HIPÓTESE LEXICALISTA E OS DADOS DO PORTUGUÊS

Nesta segunda parte, discuto a hipótese lexicalista à luz de informação empírica retirada do português, obedecendo a este roteiro: síntese da argumentação de Chomsky(1967) a favor da referida hipótese, seguida da análise desta argumentação, fundamentada, empiricamente com dados do português. Estes dados dizem respeito apenas a estruturas como (1) e (2):

(1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)

(2) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos).

Em Chomsky (1967), apresentam-se como argumento para fundamentar a hipótese de que as estruturas com nominais derivados de verbos não são obtidas por meio do subcomponente transformacional, mas são geradas diretamente pelo subcomponente de base, dados envolvendo:

a) produtividade;

b) relações semânticas;

c) organização interna das estruturas.

Tomando estruturas nominais do inglês (Chomsky, op. cit.:187-8) como

(15) John's criticizing the book (nominal gerundivo)

(16) John's criticism of the book (nominal derivado),

as quais têm relação com uma sentença da forma de

(17) John criticized the book,

observa-se que - embora haja esta relação estrutural - há muitas diferenças entre (15) e (16) no que diz respeito à produtividade do processo (assumindo que ambas sejam obtidas por transformação de nominalização); às relações semânticas entre a estrutura nominal e a sentença associada; e à constituição interna das estruturas nominais.

Estruturas como (15) são regularmente produzidas, i. e., não há praticamente, limitações quanto à possibilidade de se obter uma estrutura como (15) a partir duma estrutura sentencial subjacente. Isto já não ocorre com estruturas como (16): de nem toda estrutura sentencial subjacente é possível se obter uma estrutura com nominal derivado (cf. Chomsky, op.cit.: 188-9 (exemplos 6 a 10) e 193 (exemplos 13-14 e 15-16)).

As relações semânticas entre a estrutura com nominal gerundivo - (15) - e a estrutura sentencial subjacente são diretas, i. e., a interpretação semântica da primeira se faz em termos das relações gramaticais definidas na segunda, sem maiores dificuldades (Chomsky, op. cit. 187); sendo, porém, variadas e idiossincráticas as relações semânticas entre estruturas com nominal derivado - (16) - e a estrutura sentencial subjacente (cf. Chomsky, op.cit.:188 e, mais especificamente, 189).

Em se tratando da organização interna das estruturas, nota-se que os nominais derivados estão em formas que têm a estrutura de FN, enquanto os nominais gerundivos estão em estruturas sem essa característica (cf. Chomsky, op.cit.: 187 e 189-90).

Estas diferenças entre (15) e (16) fazem pensar que a análise dada a (15) não é semelhante à que se deve dar a (16). Dito por outras palavras: se é interessante (em função das regularidades observadas) engendrar (15) a partir duma estrutura sentencial subjacente, por meio do sub-componente transformacional (postulando uma transformação de nominalização), o mesmo não parece apropriado (em função das irregularidades observadas) para o caso de (16)<sup>1</sup>. Daí, a proposta de uma análise alternativa - a lexicalista (cf. Chomsky, op.cit.: 188) - com o intuito de dar conta de estruturas como (16), abrangendo tanto suas peculiaridades quanto a produtividade, relações semânticas e organização interna, como suas relações com uma sentença, sem, contudo, lançar mão a uma transformação específica, a transformação de nominalização<sup>2</sup>.

Os dados do português com que trabalhei - nomeadamente estruturas como

- (1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)
- (2) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos)

apresentam as seguintes características quanto a produti-

vidade, relações semânticas e organização interna das estruturas<sup>3</sup>:

#### PRODUTIVIDADE

No caso específico dos nominais de ação, parece que há poucas limitações quanto à produtividade em português: a um verbo de ação corresponde, em geral, um nominal. Este fato deixa enfraquecido - em termos das estruturas da língua portuguesa que estão nos interessando - o argumento da produtividade, na medida em que a regularidade favorece uma análise transformacionalista.

Num levantamento aleatório de duzentos verbos (ver Apêndice), ocorreram trinta e três sem nominal correspondente registrado no dicionário, o que daria 16,5% do total, um percentual de certo modo elevado, a limitar a obtenção de estruturas nominalizadas a partir de estruturas sentenciais subjacentes, pela simples razão de o verbo não ter um nominal associado.

A falta de registro em dicionário, contudo, não significa impossibilidade de ocorrência do nominal, ainda mais se levarmos em conta o fato de não haver, ao que parece, uma causa para as lacunas constatadas, i.e., os verbos encontrados sem nominal correspondente no dicionário não parecem ter uma característica comum que permita formar um conjunto natural a que a regra de nominalização ficasse bloqueada.

Melhor seria se conhecêssemos mais do fenômeno da produtividade lexical; precisaríamos explicitar os mecanis-

mos morfológico-derivacionais da língua, ou seja - em última análise - a competência lexical do falante. Teríamos, então, condições mais adequadas para prever eventuais lacunas não-acidentais do léxico. É possível que, com informações morfológicas mais precisas, diminua bastante o percentual de verbos sem nominais e se possa caracterizar que lacunas não são acidentais.

Em recente trabalho voltado especificamente para a competência lexical do falante (Basílio, 1977), há argumentos (cap.IV) a favor da distinção entre nominalização e outros processos de formar palavras. Propõe-se - em função dos dados analisados - que a nominalização não seja considerada apenas como regra de formar palavras, mas como algo mais amplo, i.e., uma relação paradigmática entre verbos e nomes. Em Basílio (op.cit.;14), entende-se por relação paradigmática uma relação sistemática entre conjuntos de palavras no léxico, o que significaria, no caso da nominalização, que entre o conjunto dos verbos e o conjunto dos nomes há uma relação tal que para cada verbo existe um nome associado morfológicamente. Esta relação paradigmática impõe um padrão derivacional geral: se tivermos um verbo novo no léxico (digamos que ele seja um empréstimo - esnobar, por exemplo) ou um verbo cujo nominal não foi constatado como de fato existente, há uma expectativa de que ele terá um nome associado morfológicamente, i.e., a relação paradigmática prevê a criação do nome por regras específicas de formação de palavras.

Aceita a argumentação de Basílio (1977), a impossibilidade de criação deverá ter razões transparentes (já que a relação paradigmática impõe uma expectativa de criação), o que não é o caso das lacunas observadas no levantamento aleatório mencionado acima, as quais possivelmente podem ser preenchidas por nominais criados pelas regras de formação. Assim sendo, não parece sem propósito a afirmação de que não há maiores limitações quanto à produtividade em português, no que diz respeito aos nominais de ação.

#### RELAÇÕES SEMÂNTICAS

Há dois tipos de relações semânticas a serem considerados: aquelas entre a FN com nominal derivado e a S associada; e aquelas entre o nominal e o verbo.

No primeiro caso, deve-se destacar que para a interpretação semântica duma estrutura, grande parte da informação relevante é dada pelas relações gramaticais definidas na estrutura profunda (cf. Chomsky, 1965: 141).

Vimos em (3.c) que as relações gramaticais apreensíveis numa estrutura com nominal derivado são também possíveis de apreensão numa sentença.

Em consequência, grande parte da informação relevante para a interpretação semântica da FN com nominal derivado e da sentença associada deve ser comum.

Este fato - as relações gramaticais idênticas em ambas as estruturas - parece justificar a postulação du-

ma estrutura profunda idêntica para elas (FN e S), i. e., há um bom motivo para se propor uma análise transformacionalista das estruturas como (1) e (2).

No segundo caso, é possível registrar regularidade na relação semântica entre o nominal de ação e o verbo em português, especificamente o fato de o nominal derivado significar ato de (assumindo - aqui - as definições correntes nos dicionários e tendo presente o que se observou na nota 3 da Parte I, i.e., a falta de conceitos explícitos de expressões como ação, ato...). Um exemplo: ao verbo arrugar ('fazer rugas em') corresponde um nominal (arrugamento), cuja definição semântica é ato de arrugar. Esta correspondência semântica parece ser constante entre nominais de ação e os verbos respectivos, i.e., na relação semântica entre o verbo e o nominal derivado, temos, neste, ao menos um aspecto que é constante: o fato de ele significar ato de. Outra vez, a constância enfraquece a argumentação a favor da hipótese lexicalista numa gramática do português.

O significado ato de não encerra, porém, as relações semânticas possíveis entre o nominal e o verbo. Há alguns outros casos a serem considerados, casos estes menos regulares que o observado acima.

Um deles envolve o significado de efeito do ato, resultado do ato (objeto resultante do ato) que muitos nominais - relacionados com verbos transitivos diretos - po-

dem ter além do significado referido anteriormente. Por exemplo:

- (18) A invenção de Edson modificou a vida da humanidade

(invenção: o resultado do ato de inventar, o 'objeto' inventado; aqui, especificamente, a lâmpada)

- (19) O calçamento da rua está estragado

(Calçamento: o 'objeto' resultante do ato de calçar)

- (20) A plantação de cana foi destruída pelo fogo

(plantação: o 'objeto' resultante do ato de plantar)

Embora não sendo uma relação semântica constante entre o nominal e o verbo, já que há nominais sem este significado e apenas com o significado anterior (ato de), por exemplo: fretamento, dessalinização, adesão.

- (21) O fretamento de aviões é comum em certos países

- (22) A dessalinização da água do mar é muito cara

- (23) A adesão de João ao movimento atrapalhou nossos planos

e embora não sendo uma relação direta entre o verbo e o nominal (o significado deste envolve a noção de 'objeto' resultante do ato de), ela tem certa regularidade (muitos nominais mantêm esta relação com o verbo; e os verbos

são sempre transitivos diretos, havendo, portanto, uma classe natural de verbos a que se aplicaria uma possível regra transformacional), a ponto de haver motivado análises transformacionalistas de estruturas cujo nominal ocorre com este significado. Teríamos o que se chamou de nominal de objeto (Lakoff, 1970:65) ou nominal de resultado (McCawley, 1968:267).

Além desta relação, acontece muito frequentemente que os nominais em português (como em inglês) tenham outros significados, relacionando-se semanticamente de modo variado e bastante acidental com o verbo correspondente. Observemos os exemplos (24) - (26):

(24)a. A direção do curso por João é pouco provável

(direção: ato de dirigir)

b. A direção do carro está estragada

(direção: instrumento com que se dirige um carro)

(25)a. A abertura do abcesso pelo médico foi necessária

(abertura: ato de abrir)

b. A abertura menor perto da lareira é o lugar da porta

(abertura: espaço aberto)

(26)a. Estou esperando a saída dos jogadores

(saída: ato de sair)

b. A saída dos jogadores é o portão 23

(saída: local por onde se sai)

Em todos estes exemplos - (24) a (26) - em (a) a relação semântica do nominal com o verbo é sempre a mesma (ato de); mas, em (b), a relação é peculiar a cada caso.

O caráter accidental destas relações semânticas não deve, porém, causar transtornos a uma análise transformacionalista, visto que a melhor solução parece ser tratar as formas de (b), em (24)-(26), como lexicalizadas, i.e., formas que, embora derivadas de um verbo, recebem uma entrada específica no léxico, considerando que elas são sintática e semânticamente, muito pouco relacionadas com o verbo. Basta ver que as relações gramaticais podem se estabelecer entre o nominal derivado e os demais constituintes em (24.a)-(26.a) - relações idênticas às que podem se estabelecer entre o verbo e os demais constituintes numa S (cf.3.c) - não se repetem em (24.b)-(26.b). Isto parece suficiente (na medida em que as relações gramaticais são importantes para a interpretação semântica) para justificar a lexicalização deste nominal que ocorrem em (b)<sup>4</sup>.

A forma lexicalizada pode, então, ser inserida já na base, como qualquer outro N. Apenas que o léxico deve ter recursos para indicar a relação morfológica entre o verbo e o nominal, se esta informação for necessária para o funcionamento de qualquer outra parte da gramática.

Os aspectos considerados quanto às relações semânticas entre a FN e a S e entre o nominal e o verbo não parecem suficientes para fundamentar uma opção entre as hipóteses concorrentes: tanto a identidade entre as estruturas em termos de relações gramaticais, quanto as regularidades

observadas na relação semântica entre o nominal e o verbo não desfavorecem uma análise transformacionalista.

#### ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS ESTRUTURAS NOMINAIS

Tanto em português como em inglês, as estruturas com nominais derivados - embora as relações entre seus constituintes sejam semelhantes às relações entre os constituintes da sentença (cf.3.c), o que aproxima sua estrutura da estrutura da sentença - têm características próprias dum FN (o que, por seu turno, as distancia da estrutura sentencial), a saber: a presença de Artigo e de todo tipo de Determinante; a possibilidade de pluralizar; de ter oração relativa e de ter adjetivos<sup>5</sup>.

Alguns exemplos:

- (27) a. A convocação do diretório nacional do partido por Ulisses Guimarães...(Artigo)
- b. Muitas das convocações do diretório nacional do partido por Ulisses Guimarães...(pré-artigo e plural;
- c. A revogação que o MDB propôs, do artigo 183 da Constituição... (oração relativa)
- d. A fantástica proibição de livros pelo ministro... (adjetivo).

Discutamos um pouco as razões de a organização interna das estruturas com nominal de ação constituir problema para uma análise transformacionalista fundada nos

pressupostos teóricos de Chomsky.

Uma das características do modelo chomskyano é a postulação de uma estrutura sintática abstrata, diferente da estrutura de superfície. A necessidade de um modelo teórico com estruturas abstratas foi mostrado em Chomsky (1957: cap.5) ao se constatar que um modelo sem estas estruturas (concentrado apenas nas estruturas de superfície) não seria adequado para apreender importantes generalizações a respeito das línguas humanas, sobre produzir uma gramática excessivamente complexa e ad hoc.

A introdução de estruturas abstratas, porém, traz como consequência a necessidade de restringir o modelo, de modo a evitar que, enriquecido com novos recursos descritivos, ele se torne poderoso demais.

É nesta perspectiva que Chomsky trabalha. Uma gramática construída dentro de seu modelo tem restrições definidas desde o subcomponente de base.

Por exemplo: ao tentar explicitar as propriedades da base do componente sintático (Chomsky, 1965, cap.2), Chomsky considerou como corretas, no essencial, as informações que uma gramática tradicional seria capaz de dar diante duma sentença qualquer da língua, i.e., ele toma como correta a hipótese dos estudos tradicionais quanto à estrutura da sentença<sup>6</sup>: esta é tomada como uma sequência divisível em subsequências (e estas também divisíveis em subsequências até se chegar a elementos indivisíveis), sen-

do cada subsequência associada a uma categoria (Chomsky, op. cit.:64). Para as categorias lexicais - Nome, Verbo, Adjetivo, ... - se assumem as características morfológicas das categorias lexicais da gramática tradicional. Tal assunção é operacional, já que em Chomsky (op.cit.: 65-6), ao se tratar da representação substantiva dos símbolos categoriais, o assunto é posto como o problema tradicional da gramática universal e a ela é que caberá esclarecê-lo (cf. também Chomsky, op.cit.:115-7). Enquanto isto não ocorre, assume-se, operacionalmente, a caracterização morfológica das categorias lexicais, com base no que se fazia na gramática tradicional.

É munido desta informação (entre outras) que Chomsky parte para construir seu modelo. Ele assume, portanto, como fundamento interessante, a informação distribucional e morfológica da gramática tradicional<sup>7</sup>.

Ora, incorporando na base tais aspectos, a gramática engendrará indicadores sintagmáticos abstratos (abstratos no sentido de eles não serem apenas uma reprodução da sequência na sua forma superficial, um retrato desta sequência), mas cheios de propriedades da estrutura superficial (justamente as propriedades morfológicas e distribucionais herdadas conscientemente da gramática tradicional).

O fato de a estrutura profunda - embora sendo abstrata - ser muito semelhante à estrutura superficial restringe bastante o modelo<sup>8</sup>. Assim, por exemplo, ao submeter a estrutura profunda às transformações, estas podem, sob certas

condições, mudar aquela, por substituição (T de Pronominalização), inserção (do relativo que, na T de Relativização), apagamento (de FNs co-referenciais), ou movimento (T de Afixo). Nenhuma transformação, contudo, pode introduzir novos núdulos categoriais - pois isto é propriedade exclusiva da base - nem encaixar uma S em outra, também propriedade das regras de reescritura da base.

Desse modo, se um Artigo vai aparecer na estrutura superficial, ele já deve estar previsto na estrutura profunda. Em outras palavras, a criação de um núdulo para o Artigo depois de engendrada a estrutura profunda não é concebível no modelo chomskyano. O mesmo quanto aos Pré-artigos e às orações encaixadas (as relativas, por exemplo).

Numa tal análise, se temos de engendrar uma estrutura superficial com todas as características duma FN - como é o caso de estruturas como

- (1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)
- (2) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos)

o mais interessante é engendrã-la diretamente como FN na estrutura profunda. Daí o fato de a hipótese lexicalista ser a saída mais adequada, dentro do modelo chomskyano, para dar conta de estruturas como (1) e (2).

Ainda que quiséssemos postular, dentro do mesmo modelo, uma análise transformacionalista para estas estrutu-

ras, teríamos de engendrar toda a estrutura de FN já na estrutura profunda, o que acaba tornando a transformação obrigatória, como - aliás - já se propusera em Chomsky (1965:235, nota 40).

Pode-se concluir deste raciocínio que - para o caso específico sob consideração neste trabalho - o argumento mais forte a favor da hipótese lexicalista numa gramática do português é um argumento teórico: é decorrência das características do próprio modelo chomskyano o fato de ser problema para uma análise transformacionalista que a estrutura com nominal tenha todas as características dum FN.

Para evitar, porém, uma conclusão apressada no que diz respeito à questão da opção entre hipóteses concorrentes (lexicalista X transformacionalista) - problema posto em Chomsky (1967:189) - deve-se dar destaque aos limites empíricos do presente trabalho: considero serem insuficientes para fundamentar uma opção os casos aqui considerados, na medida em que há muitas outras estruturas sob o título Nominalização (cf. notas 1 e 3 da Parte I) e que precisam ser levadas em conta, no momento da opção empírica por uma outra das hipóteses.

Nesta Parte II, procurei verificar a força da argumentação de Chomsky (1967) a favor da hipótese lexicalista, no que diz respeito ao tratamento de estruturas como (1) e (2) numa gramática do português. Constatou-se que

a regularidade dos fatos na língua portuguesa não favorecem a referida hipótese, embora não haja condições - pelos limites empíricos deste trabalho - para propor uma opção entre as hipóteses conflitantes, o que motiva a explicitação duma análise lexicalista de (1) e (2), com intuito de favorecer um possível trabalho futuro em que se tenham mais dados para uma opção.

Vejamos, na Parte III, como ficaria uma análise lexicalista de estruturas como (1) e (2).

## PARTE II

### NOTAS

1. Ver, contudo, Schachter(1976) para uma argumentação a favor de uma análise lexicalista de estruturas com nominal gerundivo do tipo de (15).

2. Observe-se, na argumentação de Chomsky(1967), o destaque dado ao irregular como razão empírica para uma análise não transformacionalista do fenômeno nominalização. Se é a irregularidade que justifica a hipótese lexicalista, não parece absurdo pensar que a constatação de regularidades vai enfraquecer a referida argumentação.

3. Vamos tomar, portanto, os mesmos pontos que foram usados em Chomsky(1967) para mostrar que a hipótese lexicalista era mais consistente com os dados do inglês, e verificar o que se dá em português.

4. Os nominais em questão nos exemplos (24.b)-(26.b) são problemáticos para ambas as análises: o tratamento que se deve dar a eles, não vai diferir, assumindo-se uma ou outra das hipóteses. O fato destes nominais e os verbos serem pouco relacionados sintaticamente e semanticamente parece justificar aquele tratamento igual, quer se adote uma ou outra das hipóteses. Ora, se a melhor solução parece ser aquela que considera tais nominais como formas lexicalizadas - independentemente da hipótese que se assume - estes nominais não podem ser tomados como argumento a favor duma

ou de outra hipótese.

5. Deve-se observar também que a estrutura com nominal derivado não contém marca de Aspecto (o que a aproxima de FN): não há uma estrutura com nominal derivado que corresponda a:

- (a) Ulisses Guimarães estar convocando o diretório nacional do partido irrita muita gente.
- (b) Ulisses Guimarães ter convocado o diretório nacional do partido irrita muita gente.

Por outro lado, a estrutura com nominal derivado pode conter 'adverbiais' (o que a aproxima de S):

- (c) A convocação do diretório nacional do partido por Ulisses Guimarães, ontem, está irritando muita gente.
- (d) A destruição do exército de Napoleão pelas tropas inglesas em Waterloo incomoda muita gente ainda.
- (e) A destruição das pedreiras pelas firmas construtoras com dinamite importada está consumindo muito dinheiro.
- (f) A saída de João com os amigos renovou-lhe os ânimos.

Contudo, parece não ser possível, nestas estruturas, a ocorrência de 'adverbiais' de modo em -mente. Talvez porque eles têm parentesco com adjetivos, dando-se preferência a estes, na estrutura nominal:

(g)? A organização cuidadosamente dos arquivos pelas secretárias é indispensável para o bom funcionamento das empresas

(h)? A contração levemente dos músculos pela dançarina fez a platéia estremecer

6. Reproduzo - por razões de clareza - o texto de Chomsky(1965:63-4) em que se expõe esta posição:

"The investigation of generative grammar can profitably begin with a careful analysis of the kind of information presented in traditional grammars. Adopting this as a heuristic procedure, let us consider what a traditional grammar has to say about a simple English sentence such as the following:

(1) sincerity may frighten the boy

Concerning this sentence, a traditional grammar might provide information of the following sort:

(2) (i) the string (1) is a Sentence (S); frighten the boy is a Verb Phrase (VP) consisting of the Verb (V) frighten and the Noun Phrase (NP) the boy; sincerity is also an NP; the NP the boy consists of the Determiner (Det) the, followed by a Noun (N); the NP sincerity consists of just an N; the is, furthermore, an Article (Art); may is a Verbal Auxiliary (Aux) and, furthermore, a Modal (M).

(ii) the NP sincerity functions as the Subject of the sentence (1), whereas the VP frighten the boy functions as the Predicate of this sentence; the NP the boy functions as the Object of the VP, and the V frighten as its Main Verb; the grammatical relation Subject-Verb holds of the pair (sincerity, frighten), and the grammatical relation Verb-Object holds of the pair (frighten, the boy).

(iii) the N boy is a Count Noun (as distinct from the Mass Noun butter and the Abstract Noun sincerity) and a Common

Noun (as distinct from the Proper Noun John and the Pronoun it); it is, furthermore, an Animate Noun (as distinct from book) and a Human Noun (as distinct from bee); frighten is a Transitive Verb (as distinct from occur), and one that does not freely permit Object deletion (as distinct from read, eat); it takes Progressive Aspect freely (as distinct from know, own); it allows Abstract Subjects (as distinct from eat, admire) and Human Objects (as distinct from read, wear).

It seems to me that the information presented in (2) is, without question, substantially correct and is essential to any account of how the language is used or acquired. The main topic I should like to consider is how information of this sort can be formally presented in a structural description, and how such structural descriptions can be generated by a system of explicit rules."

7. Na Gramática de Casos e na Semântica Gerativa, usam-se outros elementos como pontos de partida dos respectivos modelos.

Na Gramática de Casos de Fillmore (1967:21 e seg.), a Sentença - na estrutura profunda - é composta de Modalidade (negação, tempo, modo,...) e Proposição (um conjunto de relações - sem marca de tempo - envolvendo verbos e nomes). Cada nome se associa ao verbo numa relação de caso. Cada caso compreende um conceito que identifica um certo tipo de julgamento que os seres humanos são capazes de fazer a respeito de fatos que os cercam. Fillmore parte de um conjunto de relações possíveis entre verbo e nomes, como ponto de partida de seu modelo.

Na Semântica Gerativa, costuma-se, em geral, dividir a Sentença - na sua representação semântica - em Predicado

e Argumento(s) (Ver, por exemplo, Lakoff (1969:238,n.b.)-). Assumem-se, portanto, elementos da lógica simbólica como fundamento do modelo.

Uma leitura crítica da gramática gerativa de Chomsky sob a perspectiva dos princípios gerais tomados como ponto de partida para a elaboração do modelo, está em Franchi (1976:75-172).

Aí se discute também (p.124 e seg.) o fato de a reformulação das categorias propostas em Chomsky (1967:207-11) não mudar, substancialmente, a natureza do modelo quanto à hipótese assumida em Chomsky (1965, cap.2) como fundamento da elaboração teórica: o modelo permanece segmental (uma seqüência é divisível em subseqüências...) e classificatório (cada subseqüência pertence a uma categoria, apenas que as categorias que dominam categorias lexicais passam a ser tomadas também como conjuntos de traços sintáticos, o que já se vinha fazendo com as categorias lexicais desde Chomsky (1965:79 e seg.)).

Vejamos, com mais detalhe, em que consiste a mencionada reformulação das categorias, seguindo a argumentação de Chomsky (1967).

#### A estrutura superficial

(a) The destruction of the city by the enemy  
teria aproximadamente, na análise lexicalista, a estrutura profunda (cf. Chomsky, op.cit.:203-4)

(a') The enemy's - [destroy, + N] - the city - by 

Aplicada a regra de posposição de agente, teríamos o aparecimento do artigo definido the:

(a'') Posposição de agente

\_\_\_\_\_ - [destroy, + N] - the city - by the enemy

(a''') Aparecimento do artigo definido

the - [destroy, + N] - the city - by the enemy

Para dar conta deste aparecimento (Chomsky, op.cit.: 207), formula-se a regra (42):

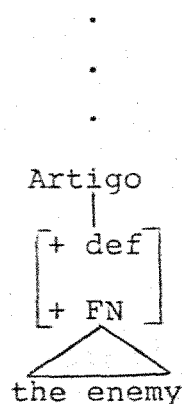
(42) Artigo  $\rightarrow$   $\begin{bmatrix} + \text{ def} \\ + \text{ FN} \end{bmatrix}$

pela qual o Artigo pode ser tanto definido quanto indefinido; ou pode ser - além de definido ou indefinido - toda uma FN. Removida esta pela regra de posposição de agente, permanece o traço  $\begin{bmatrix} + \text{ def} \end{bmatrix}$  que, posteriormente, se realiza como the, se o traço for  $\begin{bmatrix} + \text{ def} \end{bmatrix}$ .

A regra (42) supõe que:

a) possa haver um símbolo complexo (conjunto de traços), i.e.,  $\begin{bmatrix} + \text{ def} \\ + \text{ FN} \end{bmatrix}$ , dominando uma ramificação,

como em



b) o símbolo FN, sendo parte de um símbolo complexo (e sendo este um conjunto de traços) deve ser considerado como um traço ( $[+FN]$ , portanto) que, por sua vez, pode eventualmente ser um conjunto de traços (cf. Chomsky, op.cit.:208). Digo eventualmente, porque em alguns casos  $[+FN]$  é considerado apenas como um traço (ver exemplos logo abaixo).

Nestes termos, a regra (42) não é formulável no modelo de Chomsky (1965), porque neste:

- a) são as categorias lexicais (N,V,A) são um conjunto de traços;
- b) os símbolos complexos (conjuntos de traços - cf. Chomsky, op.cit.:82) só podem dominar uma sequência de elementos dentro da palavra, i.e., não há símbolo complexo dominando uma configuração ramificada (cf. Chomsky, op.cit.: 188).

Isto motiva, então a reformulação do modelo de 1965 no que concerne às categorias: todos os símbolos da gramática passam a ser conjuntos de traços (Chomsky, 1967:208) e os símbolos complexos podem dominar ramificações.

Alguns destes traços são do tipo  $[+FN]$ ,  $[+FV]$  - os quais, por sua vez, podem ser também um conjunto de traços. Num dos símbolos complexos sugeridos em Chomsky (op. cit.:208) -  $[There, +FN] - [+FN]$  é apenas um traço, enquanto em outro -  $[+def, +FN] - [+FN]$  é um conjunto de traços dominando uma ramificação,  $[the enemy]$ .

O símbolo FN, numa árvore, é apenas a abreviatura do conjunto de traços que vem sob ele, assim como o símbolo /p/ abrevia o conjunto de traços fonológicos  $\left[ \begin{array}{l} + \text{consonan-} \\ \text{tal, - vocálico, + anterior, -coronal, ...} \end{array} \right]$ .

Além desta reformulação, aparece, em Chomsky (op.cit.: 210), uma nova notação. Ela é consequência da expansão da base para engendrar FNs com nominais derivados. Para este engendramento, foi necessário introduzir complementos em FN, semelhantes, em número e características, aos introduzidos em FVs e FAs (frases adjetivais), conforme Chomsky (op.cit.:195-6). Teríamos algo como:

- a) (i)  $FN \rightarrow N \text{ Comp}$
- (ii)  $FV \rightarrow V \text{ Comp}$
- (iii)  $FA \rightarrow A \text{ Comp}$

onde se observa uma similitude estrutural entre FN, FV, FA, o que motiva a nova notação (Chomsky, op.cit.:21), na medida em que é possível substituir as regras de (a) por um esquema com uma variável - X - que representa as categorias lexicais, cujos símbolos são N, A, V.

Para uma frase dominando X, usa-se o símbolo  $\bar{X}$ ; o símbolo que domina  $\bar{X}$  será  $\bar{\bar{X}}$ . Sob  $\bar{\bar{X}}$ , além de  $\bar{X}$ , podemos ter  $\left[ \text{Espec., } \bar{X} \right]$  que é analisável como o Determinante, se  $\bar{X}$  for  $\bar{N}$ ; como Auxiliar, se  $\bar{X}$  for  $\bar{V}$ ; e como elementos de qualificação das frases adjetivais (muito, estruturas comparativas,...) se  $\bar{X}$  for  $\bar{A}$ . Lembrar que cada formativo lexical, desde Chomsky(1965), é um conjunto de traços: o símbolo N, por exemplo, está pelo conjunto  $\left[ + N, -V, ... \right]$ .

A regra inicial da base será:

$$S \rightarrow \bar{\bar{N}} \quad \bar{\bar{V}}$$

$\bar{\bar{N}}$  é um símbolo recursivo, servindo, também, como um ciclo na aplicação das transformações.

8. Engendrando estruturas profundas relativamente abstratas (relativamente, porque são estruturas com propriedades da estrutura superficial), a gramática - neste modelo - tem condições de generalizar (como consequência da abstração que é feita), sendo o custo do mapeamento das estruturas profundas em estruturas superficiais menos elevado (número menor de transformações) do que num modelo que, tendo os mesmos objetivos (captar generalizações por meio de estruturas abstratas e engendrar estruturas superficiais a partir destas) postule estruturas profundas muito abstratas, muito distantes da estrutura de superfície.

### PARTE III

#### A ANÁLISE

Nesta terceira parte, tentarei explicitar uma análise lexicalista para estruturas como

- (1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)
- (2) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos).

Assumo, portanto, que os nominais de ação são introduzidos diretamente na estrutura profunda, sendo as relações entre eles e os verbos correspondentes definidas no léxico, onde também se definem as relações que o verbo e o nominal podem instaurar com os demais constituintes das estruturas em que entram. A relação entre estas se explica, em parte, por informação do léxico e, em parte, por certa analogia entre as estruturas profundas.

Sigo estes passos: discuto a formulação da hipótese lexicalista conforme proposta em Chomsky(1967); apresento as características de uma análise, fundamentada nesta hipótese, para as estruturas em questão - (1) e (2) -, com vista a dar conta das relações sintetizadas em (6) -i.e., relações entre itens lexicais, entre constituintes e entre estruturas - e consideradas como relevantes para qualquer tentativa de descrição de tais estruturas.

A hipótese lexicalista foi formulada, pela primeira vez, em Chomsky(1967); daí, ser este o texto de referência básica, nesta Parte III. Como, porém, as propostas aí feitas quanto às características da análise lexi-

calista são bastante genéricas, há problemas quando se busca detalhar uma tal análise. Procurarei, aqui, apontá-los, discutí-los e sugerir alguma maneira de superá-los.

Adotando-se a hipótese lexicalista<sup>1</sup>, abandona-se a transformação de nominalização e se passa a engendrar as estruturas com nominais derivados, diretamente por meio das regras de base. A relação entre estas estruturas e sentenças se fará fundamentalmente por meio do léxico.

Segundo Chomsky (op.cit.:188), o fato que permitiu à teoria formular uma tal análise foi a incorporação de traços sintáticos, feita em Chomsky (1965, cap.2).

Para contornar uma dificuldade do modelo quanto à subcategorização das categorias lexicais (as regras de reescritura da base tinham se mostrado inadequadas para esta tarefa, já que ela implica não uma organização hierárquica das subcategorias, mas uma classificação cruzada - conforme Chomsky (1965:79-80) - ), optou-se por separar o léxico do subcomponente categorial (os itens lexicais deixam de ser inseridos - como o eram no modelo de Syntactic Structures - pelas regras de reescritura) e pela introdução dos traços sintáticos (analogamente - do ponto de vista formal - ao que tinha ocorrido em fonologia - conforme Chomsky (1965:cap.2, §2.3.2) - ), passando-se a considerar cada formativo lexical como um símbolo complexo onde se enumeram, entre outros, traços sintáticos; e permitindo-se às regras do componente sintático fazer refe-

rência a estes traços, o que traz, como consequência, maior flexibilidade a este componente da gramática, conforme exemplificado em Chomsky (1965:79): as regras que intervêm na escolha do pronome relativo em inglês, operam apenas com os traços [+ humano] ou [- humano], independentemente do nome ser [+ comum] ou [- comum].

A consequência importante da introdução dos traços é, assim, o fato de se poder fazer menção a um deles independentemente da existência de outros: é possível destacar apenas um traço de um conjunto de traços, porque estes não se organizam em hierarquia.

De que modo, então, esta reformulação da teoria permitiu a análise lexicalista, ou seja, mais especificamente, como ela permite relacionar por meio do léxico estruturas diferentes? Vejamos isto a seguir, seguindo Chomsky (1967: 190).

Na medida em que um verbo e um nominal associado partilhem traços, é possível agrupá-los (o verbo e o nominal) no léxico sob uma única entrada, i.e., uma entrada que não tenha o traço categorial [+N] ou [+V] (e, por isto, apelada de neutra) e que apresente aqueles traços comuns. Com este recurso se pretende dar conta da relação entre a estrutura com o verbo e aquela com o nominal derivado, já que a mesma subcategorização estrita e as mesmas restrições de seleção se definem uma única vez, precisamente no léxico.

Aquilo que motivava uma análise transformacionalista (entre outras razões) era o fato de o único recurso, no início da gramática gerativo-transformacional, para apreender estes aspectos de subcategorização estrita e de restrição de seleção - sem duplicá-las para V e N - era postular uma única estrutura subjacente e obter transformacionalmente as estruturas superficiais associadas (S e FN). No momento em que o modelo tem outras condições para fazer a mesma apreensão de elementos comuns (à proporção que introduzir os traços no modelo mostrou-se uma medida eficaz quer para a fonologia, quer para a sintaxe) é possível fornecer outra análise.

Um exemplo de uma entrada lexical neutra<sup>2</sup>

- (28) [ /ESTUDAR/
1. + [         $\bar{N}$  ]
  2. + [ + humano        ]
  3. ...
  4. ...
  5. [ 5.1 [ + N, -V ]
  - 5.2 [ + masculino ]
  - 5.3 /estudo/
  - ...
- ... ]

Explicitando cada elemento:

-/.../ : entrada sem traço categorial;

-1. : traço de subcategorização estrita (válido para

N e V);

- 2. : traço de restrição seletiva (válido para N e V);
- 3. : outras propriedades sintáticas comuns (por exemplo, regras transformacionais que não se aplicam a estruturas com este item);
- 4. : propriedades semânticas comuns a N e V;
- 5. : especificação das propriedades sintáticas, fonológicas e semânticas dependentes do traço categorial (no exemplo,  $[+N, -V]$ ).

A forma do nome - segundo Chomsky(1967:190) - é determinada por regras morfológicas relativamente idiossincráticas, as quais não são discutidas.

A base se enriquece com regras que engendram frases nominais complexas, i.e., contendo complementos (Chomsky, op.cit.: 195) similares em número e características aos complementos de frases verbais (op.cit.: 198). Estas frases nominais refletem a estrutura da sentença, sendo  $\bar{N}$  - tal como S - um elemento recursivo da base, constituindo-se também como S - um ciclo de aplicação de transformações (op.cit.:211).

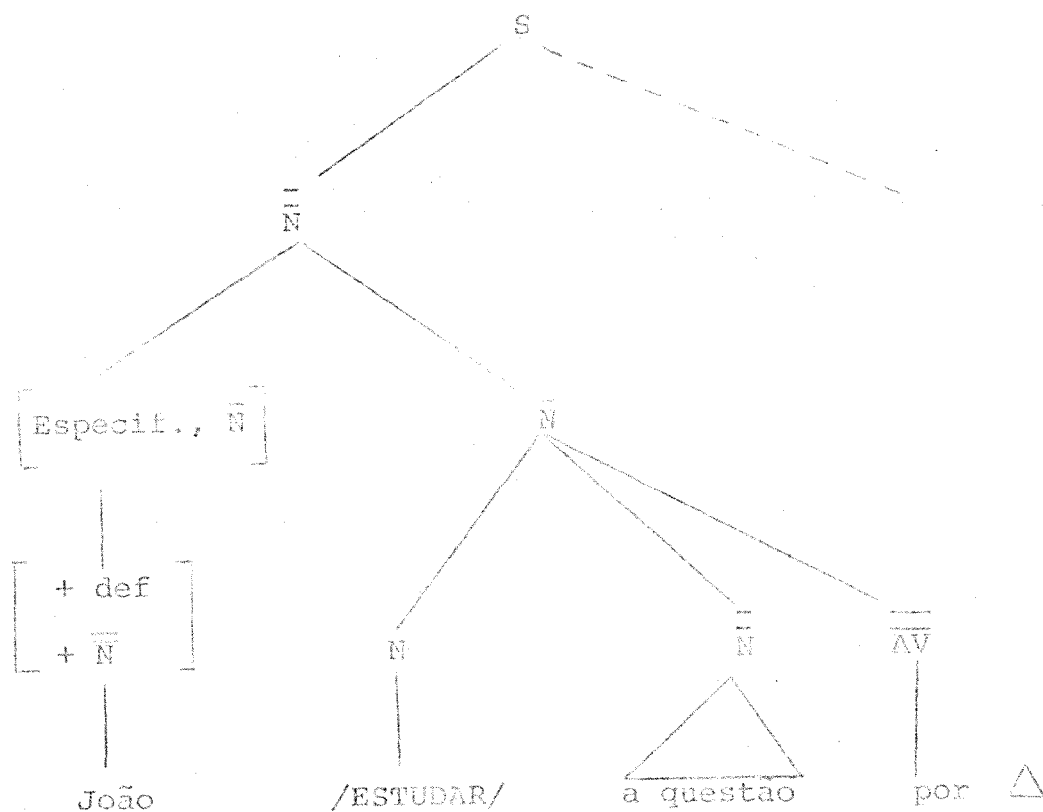
Algumas das regras da base seriam - adaptando-se parte do fragmento de gramática de Chomsky(1965:106-7) - (notação discutida na Parte II, nota 7):

$$\begin{aligned}
 (29) \quad S &\rightarrow \bar{N} \quad \bar{V} \\
 \bar{N} &\rightarrow [\text{Especif.}, \bar{N}] \quad \bar{N} \quad (S)
 \end{aligned}$$

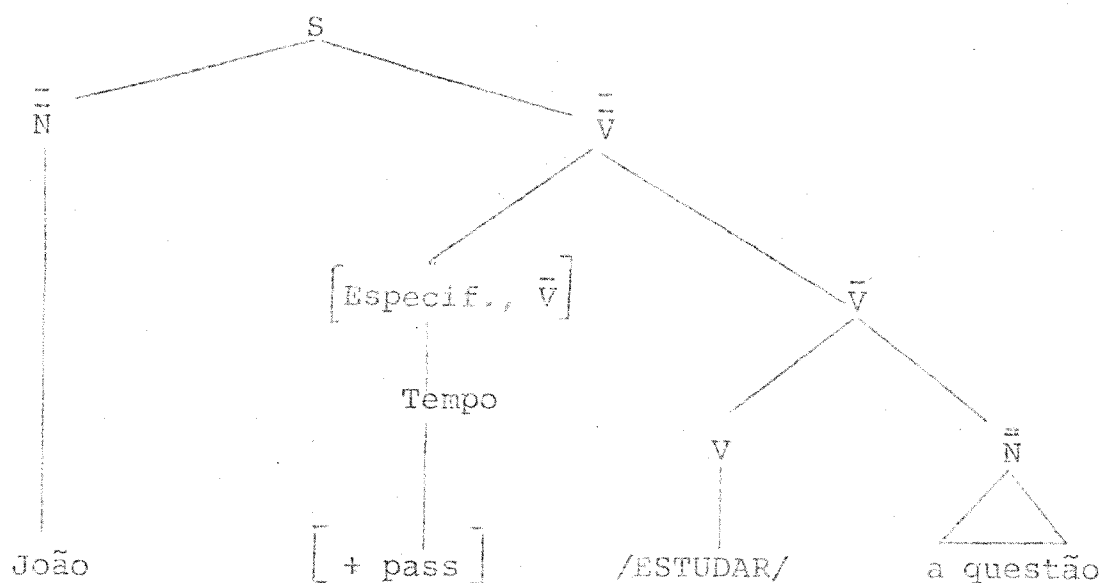
$$\begin{aligned}
 \bar{N} &\rightarrow N \quad (\bar{N}) \quad (\bar{AV}) & (\bar{AV}: \text{Adverbial}) \\
 \bar{V} &\rightarrow [\text{Especif.}, \bar{V}] \bar{V} \\
 \bar{V} &\rightarrow V \quad (\bar{N}) \quad (\bar{AV}) \\
 [\text{Especif.}, \bar{N}] &\rightarrow (\text{Pré-Art } [\pm \text{ def.}, (+\bar{N})] (\text{Pós-art}) \\
 [\text{Especif.}, \bar{V}] &\rightarrow \text{Tempo} \quad (\text{Aspecto}) \\
 \text{Tempo} &\rightarrow [\pm \text{ pass.}] \\
 [\pm \text{ def.}, +\bar{N}] &\rightarrow \bar{N} \\
 \bar{AV} &\rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{advérbio de modo} \\ \text{por } \triangle \end{array} \right\}
 \end{aligned}$$

Com estas regras e com a inserção lexical, poderíamos obter as estruturas profundas (30) e (31):

(30)



(31)



Aplicadas as transformações obteríamos as formas

(30') O estudo da questão por João...

(31') João estudou a questão.

A presente formulação da análise lexicalista não vai sem problemas (é preciso explicitá-la mais, bem como alterar alguns de seus aspectos em função dos dados do português). Por ora, deixemos resumidas as características gerais de uma análise lexicalista (tendo como referência as relações sintetizadas em (6):

- a) estruturas com nominais derivados são engendradas diretamente pela base (elimina-se a transformação de nominalização);
- b) a estrutura subjacente nominal reflete (mirrors, em Chomsky, 1967:211) a estrutura subjacente sentencial (embora sendo estruturas subjacentes diferen-

tes - cf. (30) e (31) - são análogas formalmente; e esta analogia formal é um dos recursos para dar conta das relações entre S e FN).

- c) o léxico se organiza de modo a relacionar o nominal e o verbo quer do ponto de vista morfológico; quer do ponto de vista das características comuns em termos de subcategorização estrita; restrições seletivas e/ou outras propriedades compartilhadas por ambos. A nova organização do léxico é um dos meios para relacionar S e FN.

Vejamos - daqui para frente - como dar conta das relações sintetizadas em (6) numa formulação que contorne os problemas daquela que vimos acima.

No texto que segue, se fazem duas coisas:

- a) apresentam-se as relações sintetizadas em (6), de uma maneira mais detalhada;
- b) verifica-se o que seria necessário para dar conta de tais relações por meio de uma análise lexicologista.

Na Parte I, nota 2, se observou que a apresentação que se fazia dos dados era em caráter informal. Apontou-se, então, a necessidade de se refinar as relações sintetizadas em (6), as quais foram dadas como relevantes para qualquer descrição lingüisticamente significativa de (1) e (2).

O informal da formulação que está em (3) e sintetizada em (6), se justifica enquanto estávamos apenas

delineando o problema deste trabalho. Agora que estamos tentando oferecer uma análise mais explícita para dar conta dele, é preciso superar a informalidade inicial. Façamos isto, discutindo, detalhadamente, os aspectos sintetizados em (6). Começemos com (6.b)!

Em (6.b), mencionamos as relações entre constituintes. Para entendê-las melhor, é importante definir um outro tipo de relação, ao qual poderíamos nos referir como relação constituinte-estrutura que o contém. Teríamos, então, dois tipos de relação em pauta:

- a) constituinte - estrutura;
- b) constituinte - contituente.

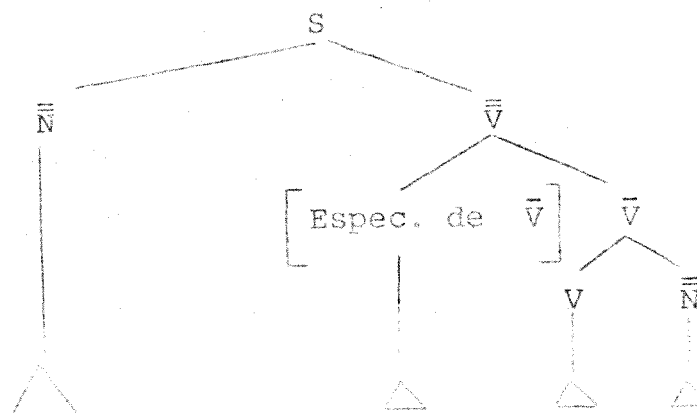
Definir o tipo (a) é necessário - entre outros motivos - porque a relação constituente - estrutura tem um papel na definição da relação do tipo (b).

A relação que se estabelece entre um constituinte e a estrutura que o contém, decorre da posição daquele nesta, ou seja, a estrutura representada num indicador sintagmático inicial (estrutura profunda) tem elementos numa distribuição específica, sendo esta distribuição relevante para se definir o conjunto das funções gramaticais que, por seu turno, são relevantes para se definir as relações constituente-constituente e fundamentais para a interpretação semântica da estrutura.<sup>3</sup> Assim, dizer que um constituinte X tem, na estrutura Y, a função gramatical Z é indispensável para a teoria. E, para definir a função de X em Y faz-se necessário saber qual a distribuição de X

em Y. Por isso que em Chomsky (1965, cap.2, §2.2) - onde se discute o conceito das funções gramaticais na teoria - se diz que estas funções são obtidas do indicador sintagmático inicial via definição: a função de um constituinte deriva da relação que se pode estabelecer entre ele e a estrutura onde ele ocorre, ou seja, deriva de sua posição no indicador sintagmático inicial. A própria configuração deste indicador já contém implicitamente as funções, sendo apenas necessário explicitá-las. A função sujeito-de pode nos servir de exemplo: ela é definível a partir da relação que há entre o  $\bar{\bar{N}}$  de uma S com a forma  $\bar{\bar{N}} \bar{V}$ , e a S completa.

Tomemos o indicador sintagmático inicial (32):

(32)



e, seguindo o exposto na discussão desenvolvida acima, definamos um conjunto de funções gramaticais que podem ser designadas pelas expressões:

- (33)
- a) sujeito-de;
  - b) predicado-de;
  - c) objeto-de;
  - d) verbo-principal-de;

com as seguintes definições (conforme Chomsky (1965:71), apenas em outra notação):

(34) a) sujeito-de:  $\left[ \bar{\bar{N}}, S \right]$  (i. e., sujeito-de é a função exercida pela subsequência dominada por  $\bar{\bar{N}}$  que é dominada diretamente por S);

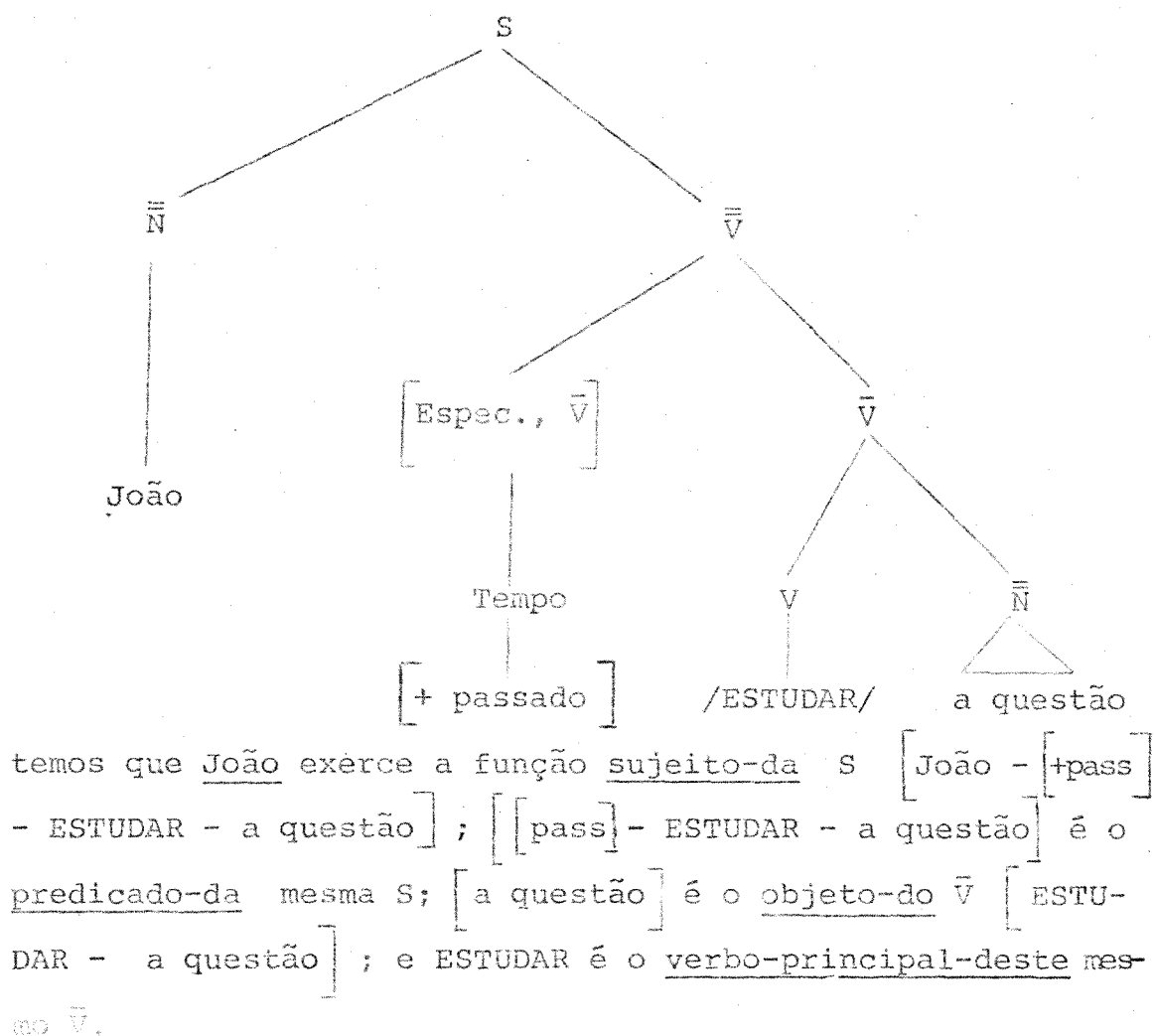
b) predicado-de:  $\left[ \bar{\bar{V}}, S \right]$  (i. e., predicado-de é a função exercida pela subsequência dominada por  $\bar{\bar{V}}$  que é dominada diretamente por S);

c) objeto-de:  $\left[ \bar{\bar{N}}, \bar{\bar{V}} \right]$  (i.e., objeto-de é a função exercida pela subsequência dominada por  $\bar{\bar{N}}$  que é dominada diretamente por  $\bar{\bar{V}}$ );

d) verbo-principal-de:  $V, \bar{\bar{V}}$  (i. e., verbo-principal-de é a função exercida pela subsequência dominada por V que é dominada diretamente por  $\bar{\bar{V}}$ ).

Se tomarmos, agora, as definições (34) e aplicarmos ao indicador (31) - repetido aqui por conveniência-

(31)



Definidas estas funções, é possível definir mais explicitamente as relações gramaticais que se estabelecem entre constituintes - (6.b) - , relações do tipo

- (35) a) sujeito - verbo (V) ;  
b) verbo (V) - objeto ;

as quais podem ser obtidas a partir daquelas funções (Chomsky, 1965: 73). Assim, a relação sujeito-verbo (V) é a que

se estabelece entre o constituinte funcionando como sujeito-de uma S e o constituinte funcionando como verbo-principal-de um  $\bar{V}$ ; e a relação verbo-objeto é a que se estabelece entre o constituinte na função de verbo-principal-de um  $\bar{V}$  e o constituinte na função de objeto-de um  $\bar{V}$ . Estas definições podem ser representadas - numa primeira aproximação - como em (36).

- (36)      a) sujeito - verbo (V):  $\left[ \left[ \bar{N}, S \right], \left[ V, \bar{V} \right] \right]$   
             b) verbo (V) - objeto:  $\left[ \left[ V, \bar{V} \right], \left[ \bar{N}, \bar{V} \right] \right]$

Com este sistema é possível se obter (conforme Chomsky, 1965: 73) tanto relações 'legítimas' e reconhecidas tradicionalmente (sujeito-verbo) quanto 'pseudo-relações' (sujeito-objeto). Para superar esta dificuldade usa-se o critério da gramática tradicional que - parece - reconhecia como 'legítimas' as relações gramaticais entre constituintes que se condicionavam por restrições seletivas<sup>4</sup>. Desse modo, se há restrição seletiva entre dois constituintes, é 'legítima' a relação gramatical que se pode estabelecer entre eles pelo sistema apresentado acima, ao se discutir (36).

Em Chomsky (1967: 201), se diz que as restrições seletivas se dão entre os núcleos dos sintagmas associados em relações gramaticais específicas, entendendo-se por núcleo do sintagma as categorias lexicais N, A ou V (conforme Chomsky, 1967: 210). A relação sujeito-verbo se legitima, então, porque entre o N - núcleo do sujeito-de S - e o V - núcleo de  $\bar{V}$  - pode haver restrições seletivas; o mesmo

para a relação verbo-objeto, i.e., entre o V - núcleo de  $\bar{V}$ , - e o N - núcleo de  $\bar{N}$  dominado por  $\bar{V}$  - pode haver restrição seletiva. Como entre o núcleo do sujeito e o núcleo do objeto não parece ser possível estabelecer restrições seletivas, a relação sujeito-objeto não é 'legítima', é uma pseudo-relação.

A partir do parágrafo anterior, pode-se reformular (36), tornando as definições mais explícitas:

- (36) a) sujeito-verbo (V):  $\left[ \left[ N, \left[ \bar{N}, S \right] \right], \left[ V, \bar{V} \right] \right]$   
 b) verbo (V)-objeto:  $\left[ \left[ V, \bar{V} \right], \left[ N, \left[ \bar{N}, \bar{V} \right] \right] \right]$

As restrições seletivas devem ser atendidas, no modelo de Chomsky (1965), no momento da inserção lexical do verbo. Este contém, sob sua entrada lexical, marcas de suas restrições seletivas. Quando se dá a inserção dos itens lexicais, primeiro colocamos os nomes e, depois, escolhemos o verbo cujas restrições são satisfeitas pelos nomes já presentes no indicador sintagmático<sup>5</sup>.

Resumindo:

- a) pela relação constituente-estrutura, se definem as funções gramaticais (sujeito-de, objeto-de, ...); estas são relevantes para a interpretação semântica e para a definição das relações constituente-constituente (relação sujeito-verbo; verbo-objeto);  
 b) as relações constituente-constituente - que se definem a partir das funções gramaticais - são 'legítimas' se entre os constituintes houver restrições seletivas.

As relações que estão em destaque em (6.b) são dos tipos 'sujeito' - 'verbo' e 'verbo' - 'objeto'<sup>6</sup>, apontadas tanto para a estrutura sentencial

|                       |   |                            |
|-----------------------|---|----------------------------|
| meninos - vieram      | } | <u>'sujeito' - 'verbo'</u> |
| inimigos - destruíram |   |                            |
| destruíram - cidade   |   | <u>'verbo' - 'objeto'</u>  |

quanto para o nominal

|                       |   |                            |
|-----------------------|---|----------------------------|
| meninos - vinda       | } | <u>'sujeito' - 'verbo'</u> |
| inimigos - destruição |   |                            |
| destruição - cidade   |   | <u>'verbo' - 'objeto'</u>  |

Numa análise transformacionalista de estruturas como (1) e (2), se justificaria esta identidade de relações por meio da identidade das estruturas profundas de que derivam: sendo as funções e relações definíveis ao nível da estrutura profunda e havendo identidade entre estruturas profundas, há identidade entre funções e relações.

A relação destacada em (6.c) é consequência - numa análise transformacionalista - do fato de se postular uma estrutura profunda idêntica para a S e o  $\bar{N}$  em questão.

Desta identidade quanto à estrutura profunda, decorre uma das vantagens apontadas para uma análise transformacionalista dos nominais, ou seja, a captação de generalizações a respeito do contexto do verbo e do nominal associado: mesmas restrições seletivas e mesmas relações com os demais constituintes.

Embora postulando estruturas profundas não-idênticas para o nominal e o verbo, a análise lexicalista não perdeu a possibilidade de captar as mesmas generalizações, isto fazendo por meio de dois recursos:

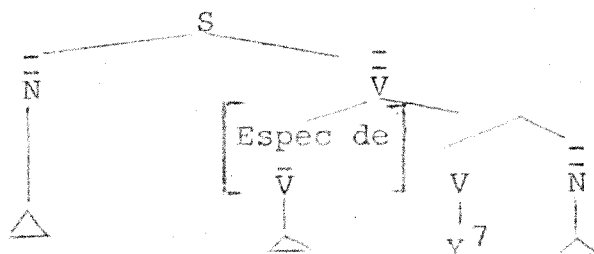
- (37) a) relacionando o verbo e o nominal no léxico, onde se formulam as identidades contextuais de ambos;
- b) definindo como análogas, formalmente, a estrutura profunda com o nominal e aquela com o verbo (a estrutura com o nominal reflete (mirrors) segundo Chomsky (1967:211), a estrutura com o verbo).

É preciso, então, explicitar cada um destes recursos. Começemos com (37.b).

Uma das consequências da análise lexicalista foi o aumento no número de estruturas profundas possíveis, porque estruturas antes engendradas transformacionalmente são agora engendradas pela base. Com isto, aumentou o número de funções e relações definíveis pelo sistema antes apresentado.

Tomemos os indicadores sintagmáticos (32) - repetido aqui por conveniência - e (38); e definamos um conjunto de funções e relações gramaticais a partir de cada um deles:

(32)



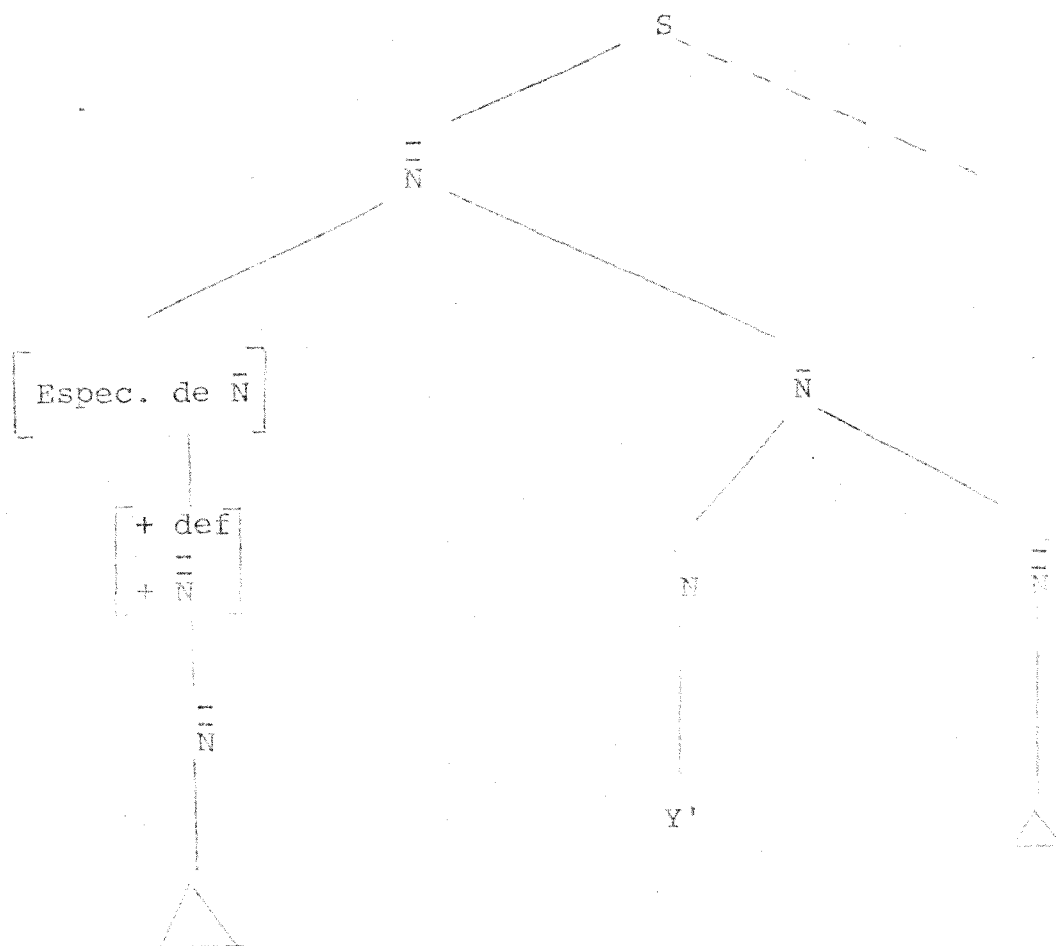
Funções (já apresentadas em (34) - ):

- (34) a) sujeito-de:  $\left[ \bar{N}, S \right]$   
 b) predicado-de:  $\left[ \bar{V}, S \right]$   
 c) objeto-de:  $\left[ \bar{N}, \bar{V} \right]$   
 d) verbo-principal:  $\left[ V, \bar{V} \right]$

Relações (já apresentadas em (36) / (36') - ):

- (36) a) sujeito-verbo (V):  $\left[ \left[ N, \left[ \bar{N}, S \right] \right], \left[ V, \bar{V} \right] \right]$   
 b) verbo (V)-objeto:  $\left[ \left[ \bar{V}, \bar{V} \right], \left[ N, \left[ \bar{N}, \bar{V} \right] \right] \right]$

(38)



Funções (a designação das funções - como no caso anterior - é arbitrária):

- (39) a) adjunto-de:  $\left[ \left[ \bar{N}, \left[ \text{Espec. de } \bar{N} \right] \right], \bar{N} \right]$   
 (i. e., adjunto-de é a função exercida pela subsequência dominada por  $\bar{N}$  que é dominada por  $\left[ \text{Espec. de } \bar{N} \right]$  dominado por  $\bar{N}$ );
- b) atributo-de:  $\left[ \bar{N}, \bar{N} \right]$  (i. e., atributo-de é a função exercida pela subsequência dominada por  $\bar{N}$  que é dominada por  $\bar{N}$ );
- c) complemento-de:  $\left[ \bar{N}, \bar{N} \right]$  (i. e., complemento-de é a função exercida pela subsequência dominada por  $\bar{N}$  que é dominada por  $\bar{N}$ );
- d) nome-principal-de:  $\left[ N, \bar{N} \right]$  (i. e., nome-principal-de é a função exercida pela subsequência dominada por  $N$  que é dominada por  $\bar{N}$ ).

Relações:

- (40) a) adjunto-nome:  $\left[ \left[ N, \left[ \bar{N}, \left[ \text{Espec. de } \bar{N} \right], \bar{N} \right] \right], \left[ N, \bar{N} \right] \right]$   
 (i. e., adjunto-nome é a relação que se estabe-

lece entre o N núcleo do adjunto e o N núcleo de  $\bar{N}$ ;

b) nome-complemento:  $\left[ \left[ N, \bar{N} \right] , \left[ N, \left[ \bar{N}, \bar{N} \right] \right] \right]$

(i.e., nome-complemento é a relação que se estabelece entre o N núcleo de  $\bar{N}$  e o N núcleo do complemento).

As funções (34) e (39) e as relações (36') e (40) são análogas, na medida em que (38) 'reflete' (32). É necessário, então, aproximá-las por definição (em (41) se faz a aproximação entre (34) e (39); e, em (42), aquela entre (36') e (40) -):

(41) a)  $\left[ \bar{N}, S \right] : S :: \left[ \bar{N}, \left[ \text{Espec. de } \bar{N} \right] , \bar{N} \right] : \bar{N}$

b)  $\left[ \bar{V}, S \right] : S :: \left[ \bar{N}, \bar{N} \right] : \bar{N}$

c)  $\left[ \bar{N}, V \right] : S :: \left[ \bar{N}, \bar{N} \right] : \bar{N}$

d)  $\left[ V, \bar{V} \right] : S :: \left[ N, \bar{N} \right] : \bar{N}$

(42) a)  $\left[ \left[ N, \left[ \bar{N}, S \right] \right] , \left[ V, \bar{V} \right] \right] : S :: \left[ \left[ N, \left[ \bar{N}, \left[ \text{Especif. de } \bar{N} \right] , \bar{N} \right] \right] , \left[ N, \bar{N} \right] \right] : \bar{N}$

b)  $\left[ \left[ V, \bar{V} \right] , \left[ N, \left[ \bar{N}, \bar{V} \right] \right] \right] : S :: \left[ \left[ N, \bar{N} \right] , \left[ N, \left[ \bar{N}, N \right] \right] \right] : \bar{N}$

Estas definições são, portanto, necessárias, se queremos dar conta das relações (6.b) e (6.c), partindo das estruturas profundas diferentes<sup>9</sup>:

a) se as restrições seletivas são formuladas uma só vez no léxico para o verbo e o no-

minal; e se as restrições seletivas legitimam certas relações gramaticais, é preciso apontar a analogia entre as relações gramaticais que ocorrem em S e em  $\bar{N}$ ;

- b) se a interpretação semântica se faz a partir da estrutura profunda; e se para a interpretação semântica as funções são relevantes, para aproximar semânticamente (1) e (4), (2) e (5), as funções em S devem ser análogas àquelas em  $\bar{N}$ .

(1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)

(4) Os meninos vieram

(2) A destruição da cidade pelos inimigos  
(atrapalhou nossos planos).

(5) Os inimigos destruíram a cidade

Em síntese: na análise lexicalista, a relação entre S e  $\bar{N}$  (6.c), se dá como consequência de o verbo e o nominal estarem relacionados no léxico; e de esta relação lexical impor a necessidade de se aproximar os indicadores sintagmáticos iniciais, definindo-os como análogos formalmente, donde decorre a analogia formal das funções - conforme (41) - e das relações gramaticais - conforme (42). Com isto, se pode, então, explicar (6.b): as semelhanças que percebemos informalmente são consequência da analogia formal entre o indicador sintagmático inicial com o verbo e aquele com

o nominal morfologicamente associado<sup>10</sup>.

Apresentados estes aspectos da análise lexicalista, formulemos, agora, uma análise para (1) e (2), discutindo outros problemas que ela possa levantar. Obedeço ao seguinte roteiro:

- (a) aspectos da organização do léxico;
- (b) o fragmento de gramática;
- (c) a inserção lexical;
- (d) as estruturas profundas de (1) e (2);
- (e) as regras transformacionais;
- (f) um problema;
- (g) outras estruturas.

(a) Aspectos da organização do léxico

O léxico é constituído de uma lista de entradas lexicais, sendo algumas delas neutras (i.e., entradas sem traço categorial, sob as quais primeiro se explicitam características comuns do verbo e do nominal derivado; e, depois, as peculiaridades associadas aos traços categoriais). Em (28), procurou-se exemplificar uma tal entrada:

(28)

|            |                              |
|------------|------------------------------|
| / ESTUDAR/ |                              |
| 1. +       | [ <u>      </u> $\bar{N}$ ]  |
| 2. +       | [ [+ humano] <u>      </u> ] |
| 3. ...     |                              |
| 4. ...     |                              |
| 5. 5.1     | [ + N, -V ]                  |
| 5.2        | [ + masculino ]              |
| 5.3        | /estudo/                     |
| ...        |                              |

Esta entrada é um dos recursos de que dispõe a análise lexicalista para captar generalizações entre a estrutura com o verbo e a estrutura com o nominal: ela evita duplicar informação comum ao verbo e ao nominal quanto às restrições seletivas e à subcategorização.

O fato de haver traços comuns a V e N parece justificar a existência de entradas neutras no léxico.

A existência destas entradas, porém, não exclui a possibilidade de nominais derivados terem entradas específicas no léxico. É o caso dos nominais que mantêm com o verbo relações idiossincráticas, quer do ponto de vista da sintaxe, quer do ponto de vista da semântica, conforme vimos na discussão em torno de (24)-(26):

(24) a) A direção do curso por João é pouco provável

b) A direção do carro está estragada

(25) a) A abertura do abcesso pelo médico foi necessária

b) A abertura menor perto da lareira é o lugar da porta

(26) a) Estou esperando a saída dos jogadores

b) A saída dos jogadores é o portão 23

quando se procurou justificar a constituição de uma entrada própria para os nominais semelhantes aos dos exemplos (b), na medida em que - por exemplo - as relações gramaticais que podem se estabelecer entre o nominal derivado e os demais constituintes em (24.a) - (26.a) são diferentes

das que se estabelecem em (24.b) - (26.b).

Além da lista de entradas lexicais, o léxico deve conter recursos para dar conta da capacidade do falante/ouvinte de criar itens lexicais, de atribuir-lhes estrutura e de relacioná-los morfologicamente.

Assumo, aqui, como interessantes, as propostas de Basílio(1977), dentre as quais se destacam as relações paradigmáticas (relações sistemáticas - do ponto de vista morfológico - entre palavras de categorias diferentes - V e N, por exemplo); regras de formação de palavras (regras que especificam que uma palavra pode ser formada de outra pelo acréscimo de um elemento à palavra original - casar--> casamento) e relações entre regras de formação de palavras (regras que expressam a equivalência morfológica entre palavras formadas por regras diferentes, mas sistematicamente relacionadas - casamento e cassação serão, assim, relacionadas, por serem ambas obtidas de verbos, mas por regras de formação diferentes).

#### b) O fragmento de gramática

Reproduzo, aqui, o fragmento proposto em (29), o qual é uma adaptação do fragmento de Chomsky(1965:106-7) às reformulações categoriais e notacionais de Chomsky (1967): (AV: Frase Adverbial)

$$\begin{aligned}
S &\rightarrow \bar{N} \bar{V} \\
\bar{N} &\rightarrow ([\text{Especif.}, \bar{N}]) \bar{N} \quad (S) \\
\bar{N} &\rightarrow N \quad (\bar{N}) \quad (\bar{AV}) \\
\bar{V} &\rightarrow [\text{Especif.}, \bar{V}] \bar{V} \\
\bar{V} &\rightarrow V \quad (\bar{N}) \quad (\bar{AV}) \\
[\text{Especif.}, \bar{N}] &\rightarrow (\text{Pré-Art}) \quad \left[ \begin{array}{l} + \text{ def.}, \\ + \bar{N} \end{array} \right] \quad (\text{Pós-Art}) \\
[\text{Especif.}, \bar{V}] &\rightarrow \text{Tempo} \quad (\text{Aspecto}) \\
\text{Tempo} &\rightarrow \left[ \begin{array}{l} + \text{ passado} \end{array} \right] \\
\left[ \begin{array}{l} + \text{ def.}, \\ + \bar{N} \end{array} \right] &\rightarrow \bar{N} \\
\bar{AV} &\rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{Advérbio de Modo} \\ \text{por } \triangle \end{array} \right\}
\end{aligned}$$

c) A inserção lexical

A respeito da inserção, interessa destacar o problema levantado na Parte I, quando se discutiram as propostas transformacionalistas de Lees (1960) e uma baseada em Chomsky (1965).

Mostrou-se, então, que a forma do nominal, em português, deveria ser especificada - de algum modo - ainda no componente sintático (não podendo esta tarefa ser transferida para o componente fonológico), na medida em que os nominais podem ser  $\left[ \begin{array}{l} + \\ - \end{array} \text{ masculino} \right]$  e isto determina a necessidade de aplicar-se uma regra sintática, a de concordância nominal.

O problema persiste na análise lexicalista. Se introduzirmos a entrada neutra na estrutura e deixarmos para o componente fonológico a especificação da forma do nominal (cf. Chomsky, 1967:203-4), teremos resultados agramaticais.

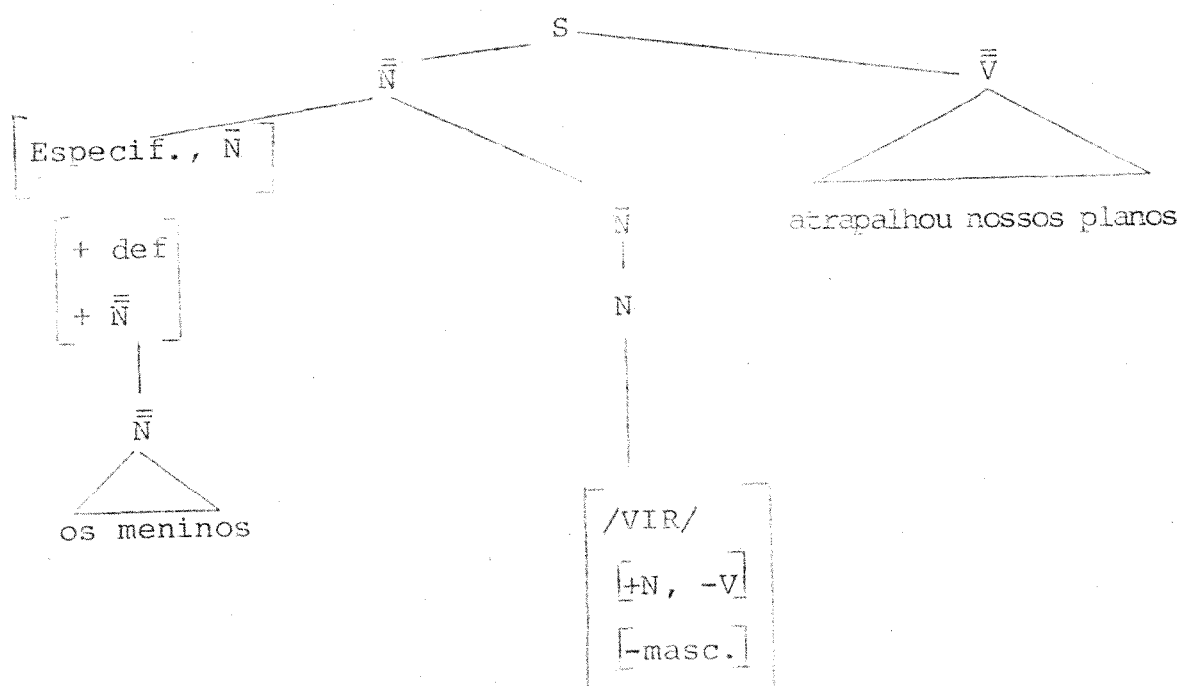
A saída mais adequada para o problema parece ser a introdução - sob N - da entrada neutra (para não se perder a possibilidade de analogia formal entre estruturas subjacentes nominais e sentenciais), acompanhada do traço categorial  $[+N, -V]$  e do traço  $[+masculino]$ , de modo a permitir a correta concordância, deixando para o componente fonológico a substituição da entrada neutra pela forma do nominal.

d) As estruturas profundas

Os indicadores sintagmáticos (43) e (44) - engendrados pelo fragmento de gramática (29) e pela aplicação da regra de inserção lexical - representa - de modo aproximado - as estruturas profundas de (1) e (2), respectivamente:

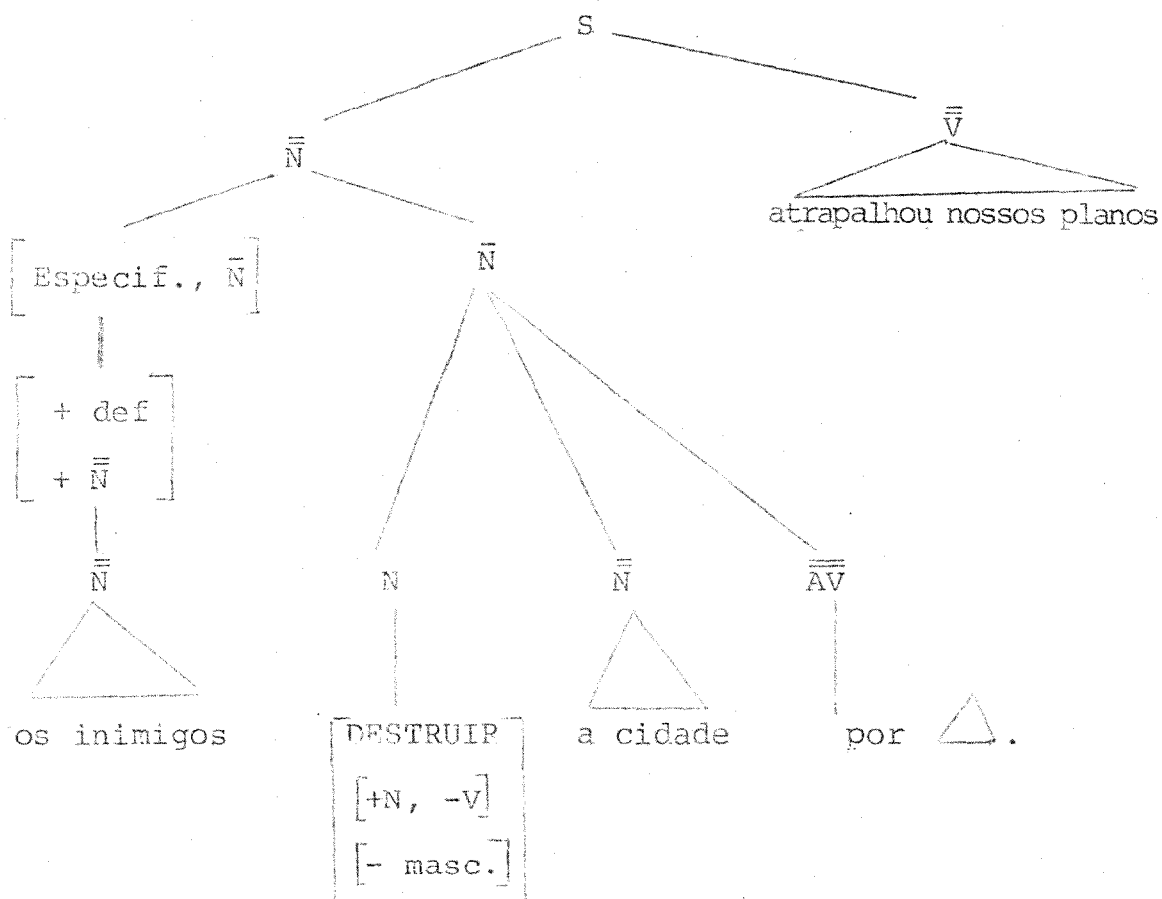
(1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)

(43)



(2) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos)

(44)



e) As regras transformacionais

- a) Genitivização Posposição de Adjunto  
Inserção da preposição de
- b) Posposição de Agente
- c) Concordância
- d) Concretização de Artigo

A primeira operação transformacional proposta é a de Genitivização<sup>11</sup>, composta de duas partes:

$R_1$ : Posposição de Adjunto

$R_2$ : Inserção da preposição de.

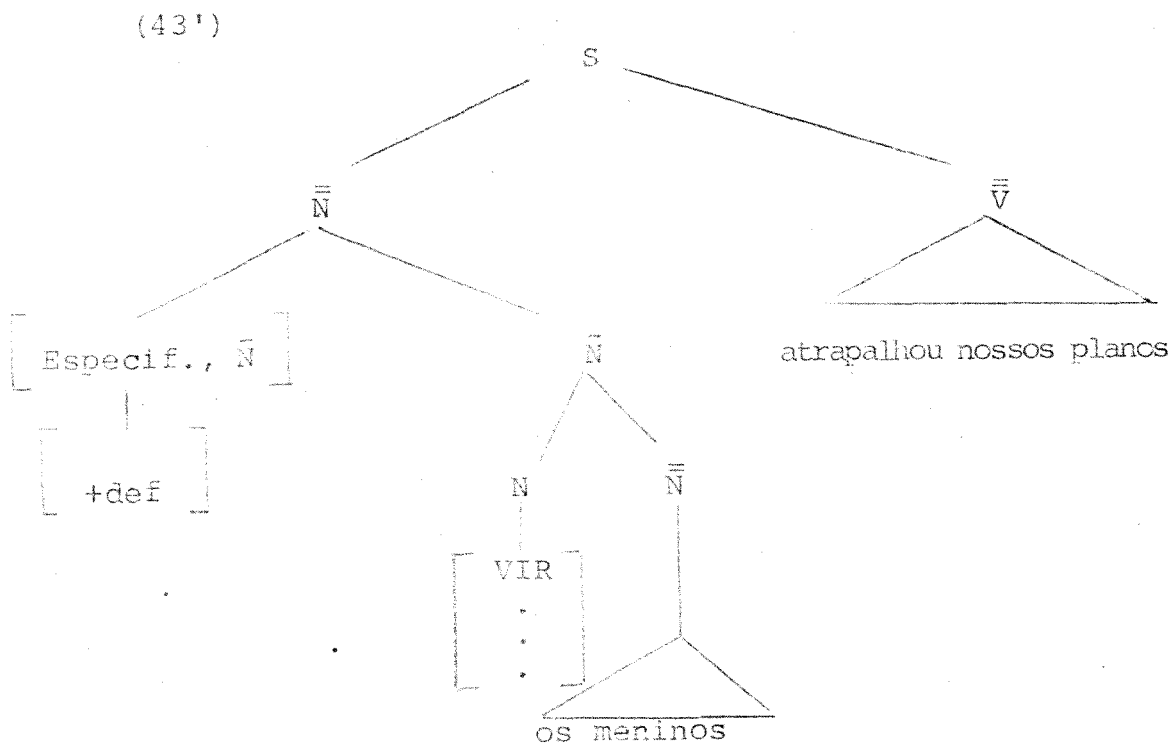
A Posposição de Adjunto ( $R_1$ ) se aplica a uma subsequência dominada por  $\bar{N}$  - correspondendo ao traço  $[+\bar{N}]$  do símbolo complexo  $[+ \text{def}, +\bar{N}]$  dominado por  $[\text{Especif.}, \bar{N}]$  e tem como efeito o movimento desta subsequência para a direita do nome-principal-de  $\bar{N}$ , sendo este nome-principal subcategorizado como intransitivo.

Poder-se-ia apresentar  $R_1$  assim:

$$R_1: \begin{array}{ccccccc} X & - & [+ \bar{N}] & - & \bar{N} & - & Y \\ 1 & & 2 & & 3 & & 4 \\ & & & & & & \Rightarrow \\ 1 & & 0 & & 3,2 & & 4 \end{array}$$

Condição:  $\bar{N}$  domina um N intransitivo

Aplicada  $R_1$  ao indicador (43), obtém-se o indicador (43')





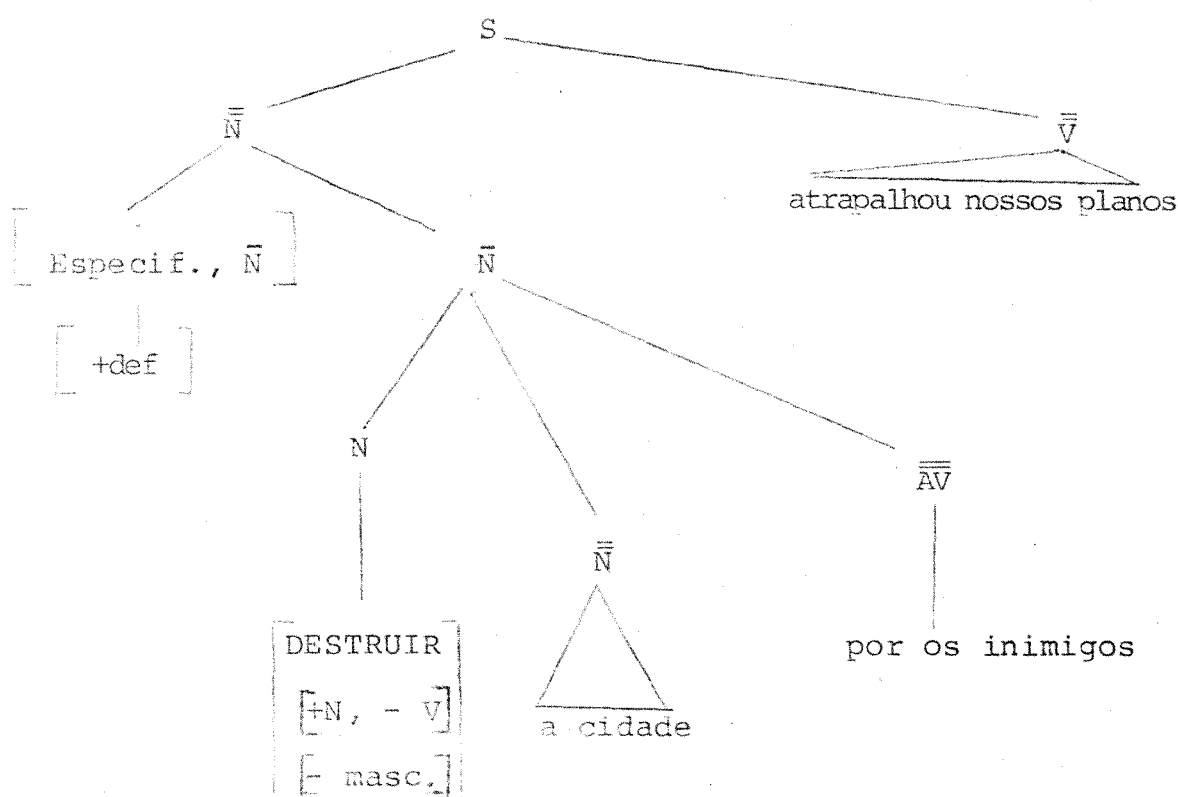
$$R_3: \quad X \quad - \quad \bar{N} \quad - \quad \left\{ \begin{array}{c} N \\ V \end{array} \right\} \quad - \quad \bar{N} \quad - \quad \text{por } \triangle \quad - \quad Y$$

$$\begin{array}{ccccccc} 1 & 2 & 3 & 4 & 5 & 6 & 7 \end{array} \Rightarrow$$

$$\begin{array}{ccccccc} 1 & \emptyset & 3 & 4 & 5 & 2 & 7 \end{array}$$

Aplicada  $R_3$  a (44), obtêm-se (44'):

(44')



Em (44'), temos condição de aplicar  $R_2$  (Inserção da preposição *de*), obtendo

$$(44'') \quad [+def] \quad - \quad \left[ \begin{array}{c} \text{DESTRUIR} \\ [+N, -V] \\ [-masc.] \end{array} \right] \quad - \quad \text{de a cidade} \quad - \quad \text{por os inimigos}$$

De (44'') à estrutura superficial, basta fazer a concordância  $[Especif., \bar{N}] - N$  e a concretização de  $[Especif., \bar{N}]$ .

f) Um problema

Consideremos o exemplo

(46) A nossa prisão pela polícia...

O complemento de prisão - nós - foi anteposto sob a forma de um possessivo.

A anteposição do complemento deixa a estrutura superficial de  $\bar{N}$  semelhante à estrutura superficial duma S passivizada, i.e., 'objeto' - X - por 'sujeito'. Compare-se (46) a (47) e (48):

(47) Nós fomos presos pela polícia

(48) A polícia prendeu-nos.

Em Perini (op.cit.:212 e seg.) - ao se estudar a Passiva - se propõe uma regra de Anteposição de Objeto (chamemos esta regra de Anteposição de Paciente, para englobar 'objeto' e 'complemento'). Esta regra deveria ser independente da Posposição de Agente (p.213), para se poder dar conta de

(45) Mandei examinar Emerenciana por um especialista.

Ocorre que, em geral, a Anteposição de Paciente é obrigatória quando o agente é posposto; e sempre acompanhada da inserção do elemento ser-do, permanecendo um mistério a não obrigatoriedade em sentenças como (45)- (cf.Perini, op.cit.:223-4).

No caso de  $\bar{N}$ , a Anteposição de Paciente não é permitida, a não ser que o complemento seja um pronome (eu - ele(s) - ela(s) - nós - tu(você) - vós(vocês) na forma possessiva (meu, teu, seu, nosso, ...).

Não há em português, uma sentença como (49)

(49)\* Da cidade destruição pela polícia  
mas há sentenças como (50)

(50) A { minha prisão pela polícia  
tua  
nossa  
sua  
vossa }

ao lado de sentenças como (51)

(51) A prisão d(e) mim pela polícia  
ele(s)  
ela(s)  
nós  
ti  
você  
vós  
vocês

Teríamos, então, em  $\bar{N}$ , a aplicação optativa da Anteposição de Paciente com pronomes. Se esta regra for aplicada, porém, ela não condiciona a inserção de ser-do, como ocorre na sentença.

Por todas estas características de  $\bar{N}$ , poderíamos pensar que, no caso de (50), não é a Anteposição de Paciente que se aplica, mas um processo diferente, a Possessivização, pelo qual a sequência de+ eu é, facultativamente,  
{ tu/você }

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{ele(s)} \\ \text{ela(s)} \\ \text{nós} \\ \text{vós/vocês} \end{array} \right\}$$

transformada em possessivo; e este  $\bar{E}$ , então anteposto ao nome.

Como argumento em favor da Possessivização sobre a Anteposição de Paciente em  $\bar{N}$ , apresento os seguintes fatos:

a) a não possibilidade de anteposição de complemento, salvo eu, tu, ele(s), ela(s), nós, vós, você(s);

b) a ocorrência de possessivos em  $\bar{N}$  sem nome associado com verbo:

(52) a) A caneta do menino...

b) A caneta dele...

c) A sua caneta...

c) a ocorrência de possessivos em  $\bar{N}$  com nome associado a verbo intransitivo, onde se falar em anteposição de complemento não é adequado, já que a seqüência det + N foi obtida por posposição de adjunto, conforme os exemplos

(53) a) A nossa saída (atrapalhou nossos planos)

b) A minha ida a São Paulo (depende de você)

c) A tua vinda (atrapalhou nossos planos);

g) Outras estruturas

As estruturas com nominais de ação podem conter constituintes na função tradicionalmente chamada de 'objeto indireto':

- (54) a) A doação dos livros às escolas pela Fundação Cultural....
- b) A distribuição de víveres aos flagelados pela Cúria....
- c) A narração da aventura às crianças pela professora....

Se compararmos (54) e (54')

- (54') a) A fundação Cultural doar os livros às escolas....
- b) A Cúria distribuir víveres aos flagelados....
- c) A professora narrar a aventura às crianças....

podemos observar a forma idêntica do 'objeto indireto' na FN e na S.

O mesmo se dá com os 'adverbiais': tanto FN quanto S os podem conter e eles ocorrem sem diferença na forma:

- (55) a) A minha chegada a Curitiba....
- b) A saída de João com os amigos....
- c) A convocação do diretório nacional pelo presidente, na sexta-feira....
- (55') a) Eu chegar a Curitiba....
- b) João sair com os amigos....
- c) O presidente convocar o diretório nacional, na sexta-feira....

Estes fatos - (54) e (55) - se tornam interessantes, se os analisarmos na perspectiva de formas marcadas e não marcadas, como foi feito em Comrie(1976:180) com relação à forma genitiva da FN (cf. Parte III, n.11): as formas do

'objeto indireto' e dos 'adverbiais' seriam formas marcadas - tanto na FN quanto na S. Daí, sua ocorrência idêntica quer numa, quer noutra estrutura. A forma do 'objeto direto', porém, seria em S a forma não marcada e, por isso, a ocorrência deste na forma genitiva em FN.

Esta proposta pode encontrar certo sustento se analisarmos estruturas como (56) e (57):

- (56) a) A chegada em Curitiba...
- b) A saída pela porta dos fundos...
- c) A convocação na sexta-feira...

(57) O cerco dos nazistas...

Em (56), o apagamento de constituintes <sup>12</sup> não alterou a forma dos elementos sublinhados. (57), contudo, é uma estrutura ambígua: ela pode ter sido originada de (57') ou de (57'')

(57') O cerco dos nazistas pelos americanos...

(57'') O cerco de Stalingrado pelos nazistas...

No primeiro caso, apagou-se o 'sujeito' (pelos americanos); no segundo, apagou-se o 'objeto direto' (de Stalingrado) e a forma do 'sujeito' sofreu alteração.

Esta mudança de forma (por + FN para de+FN) atinge apenas o 'sujeito', como fica patente se observarmos os exemplos (56.a) - (56.c), em que houve apagamento sem determinar qualquer mudança na forma dos constituintes que permanecem.

Diante destes fatos, poderíamos nos perguntar por que

ocorre alteração num caso e não ocorre em outro. Talvez, porque se deva considerar 'sujeito' e 'objeto direto' como os elementos não marcados de S e FN. Apenas que - na FN - a coocorrência de 'objeto direto' e 'sujeito' exige o segundo em uma forma especial ( por + FN ), já que não há, em português, uma estrutura como (58)<sup>13</sup>

(58)\* O cerco de Stalingrado dos nazistas

'obj.direto'            'sujeito'

Nos outros casos - estruturas com nominal intransitivo (A chegada dos meninos) e estrutura onde houver apagamento do 'objeto direto' - o 'sujeito' ocorre na forma genitiva.

Terminando esta análise, gostaria de registrar uma observação que pode ser importante para trabalhos futuros e diz respeito à escolha entre os sufixos -ção e -mento: ao se passar os olhos pela lista de verbos e nominais do Apêndice, é possível constatar uma preferência pelo sufixo -mento na formação de nominais relacionados a verbos da segunda conjugação.

Nesta Parte III, houve, dois momentos: num primeiro, procurou-se explicitar as características duma análise lexicalista; num segundo, formulou-se uma análise lexicalista das estruturas (1) e (2), procurando dar conta das relações sintetizadas em (6) e consideradas como relevantes para qualquer tentativa de descrição de tais estruturas.

### Parte III

#### NOTAS

1. No texto que vem a seguir, apresento as características da análise lexicalista conforme está em Chomsky (1967). Deixo para discutir os problemas que esta formulação suscita, quando, no final desta Parte III, estiver tentando dar conta das relações sintetizadas em (6).

Para uma análise lexicalista de nominais derivados combinada com a gramática de casas, ver Stockwell et alii (1973).

2. O exemplo é apenas sugestivo: em Chomsky (1967), não se desenvolve o assunto em detalhes.

3. Em Chomsky (1976) a teoria foi reformulada de modo a permitir o engendramento de estruturas superficiais enriquecidas com 'traços' (traces), a partir das quais se opera a interpretação semântica das sentenças (Chomsky, 1976:104).

O indicador sintagmático inicial (estrutura profunda), contudo, continua sendo relevante para a interpretação semântica, apenas que, agora, indiretamente (indiretamente, porque sua configuração se reflete na estrutura superficial por meio dos "traços"). Vejamos o seguinte trecho, como confirmação do que acabamos de dizer:

"Suppose it is a fact, as I now tend to believe,  
that a suitably enriched notion of surface

structure suffices to determine the meaning of sentences under interpretative rules (...) It may still be the case - I think it is - that initial phrase markers generated by the base have significant and revealing properties. It also remains true that they enter, though now indirectly into determining the structures that undergo semantic interpretation, ..."

(Chomsky, 1976:83)

Embora, nesta teoria, certas funções e relações gramaticais superficiais pareçam exercer papel destacado para a interpretação semântica, não se pode dispensar as funções e relações definíveis a nível do indicador sintagmático inicial. Ver, a propósito disto, a discussão em torno dos exemplos (20) e (21) em Chomsky (1976:97-8).

A propósito do papel desempenhado pelas funções gramaticais na interpretação semântica, ver Chomsky (1971:494 e seg.) e Jackendoff (1972: 14-5 e cap. 2).

4. Por restrição seletiva se designa aqui a limitação quanto à possibilidade de co-ocorrência, na estrutura profunda, de itens lexicais: um item exige que os itens co-ocorrentes tenham determinadas características. Em Perini (1976:177), se lê. "... as restrições seletivas estabelecem as exigências feitas pelos itens quanto à composição em traços dos constituintes com que co-ocorrem na sentença"

A natureza destas restrições tem sido amplamente debatida na teoria, desde Chomsky (1965). Aí (cap. 2, §2. 3.1

e cap. 4, §1.1 e 1.2), se discute se elas são restrições sintáticas ou semânticas e se assume - em consequência da discussão - sua natureza como sintática.

Em McCawley (1968b), se critica esta posição, defendendo-se a natureza das restrições como semânticas. Em Jackendoff (1972:18-21), se argumenta em favor de as restrições seletivas serem tomadas como condições de boa formação semântica.

Em Chomsky (1967), não se discute o assunto. É de se concluir, entretanto, que se mantém aí a posição de Chomsky (1965), já que este fornece o quadro de princípios teóricos assumidos em Chomsky (1967:216, n.2), para o estudo das nominalizações.

5. A respeito da inserção lexical na ordem nomes-verbo, ver discussão em Chomsky (1965, cap. 2, §2.3.3, 2.3.4 e 4.2, 4.3).

6. Embora as relações definíveis para a estrutura sentencial ou nominal sejam idênticas, os termos 'sujeito' - 'verbo' - 'objeto' não são os mais precisos (vinda, por exemplo, não é verbo), por isto eles estão sob aspas simples. Acredito que o assunto fica mais claro à medida que o texto avança.

7. Y sob V - em (32) - e Y' sob N - em (38) - são apenas convenções para indicar que o nominal - Y' - é associado ao verbo - Y.

8. A representação X : Y :: W : Z deve ser lida X está para Y assim como W está para Z.

9. O fato de serem necessárias estas definições está manifestado em Chomsky (1971), conforme se vê pelo trecho:

"... es preciso generalizar las relaciones gramaticales de tal forma que (America; attempt) cumpla la relación entre sujeto y verbo en (49) no menos que en (48), ..." (p. 489)

Os exemplos mencionados são (p. 488):

(48) [America - attempts [America attacks Cuba]<sub>s</sub>]<sub>s</sub>

(49) [America's - attempt [America attacks Cuba]<sub>s</sub>]<sub>FN</sub>

os quais corresponderiam, em português, a

(48') [A América - tenta [A América ataca Cuba]<sub>s</sub>]<sub>s</sub>

(A América tenta atacar Cuba)

(49') [A América - tentativa [A América ataca Cuba]<sub>s</sub>]<sub>FN</sub>

(A tentativa da América de atacar Cuba).

10. A partir desta discussão, vê-se que a teoria precisa, agora, fornecer uma definição geral de análogo, i.e., precisar o termo reflete (mirrors).

11. A operação de Genitivização não é um fato exclusivo do português. Em Comrie (1976), procura-se mostrar - a partir da análise de dados de diferentes línguas (inglês, russo, búlgaro, árabe clássico, turco, uzbeque,...) - que a forma genitiva (declinada, ou com preposição, ou outra forma, como o 's' do inglês) é a forma não marcada dos elementos nominais ligados ao nome principal duma frase nominal (cf. Comrie, op.cit.:180).

Isto parece se confirmar - no caso do português -

quando observamos os exemplos

- a) A caneta de João
- b) A fábrica de sabão
- c) O fio de aço
- d) A dor de cabeça
- e) O cacho de banana

São estruturas diferentes de (1) em termos das relações entre os constituintes, mas a estrutura superficial é sempre a mesma:  $N - de + \bar{N}$ , i.e., os elementos nominais ligados ao nome principal estão na forma genitiva ( $\bar{N}$  acompanhado da preposição de).

12. Em geral se atribui a não ocorrência de sintagmas a um processo de apagamento decorrente da organização do discurso: elementos já mencionados uma vez não precisam voltar a sê-lo no desenvolvimento do discurso. É o que parece ocorrer nos exemplos (56) e (57). O apagamento - na FN - pode atingir todos os constituintes, exceção feita ao nominal núcleo da mesma, conforme o exemplo

- a) O espancamento ocorreu às duas horas.

13. As restrições à ocorrência de duas formas genitivas do mesmo tipo - como no exemplo (58) - acontecem em outras línguas (cf. Comrie, 1976). Interessante observar, porém, a seguinte frase:

- a) A decisão do MDB de abandonar o plenário...

onde um dos constituintes da FN é uma S. Neste caso, o 'sujeito' fica genitivo e imediatamente depois do núcleo;

e a S constituinte também aparece genitivizada (de abandonar o plenário...). Há, portanto, em português, esta possibilidade de coocorrência de formas genitivas do mesmo tipo. Em resumo, sendo um dos constituintes de uma FN uma S, isto determina sua genitivização e o descolamento do 'sujeito' para a posição imediatamente depois do nominal núcleo, operando-se a mudança por + FN  $\Rightarrow$  de + FN.

## CONCLUSÃO

Este trabalho foi iniciado num momento de grande atração pela lingüística gerativo-transformacional e termina num momento em que são outras as coisas que me atraem em lingüística. Acredito que ele me foi útil em dois sentidos: primeiro, foi a maneira concreta de superar uma formação anterior eminentemente estruturalista e pouco fértil: e, segundo, foi a maneira concreta de ir além dos limites teóricos da lingüística gerativo-transformacional, embora estes vôos para além do horizonte não tenham deixado nenhum sinal neste trabalho.

Ao concluir esta dissertação, destaco como importantes os seguintes pontos da reflexão que se fez:

a) o argumento mais forte a favor duma análise lexicalista das estruturas analisadas é um argumento teórico, na medida em que - ao se ver que ambas as hipóteses ( lexicalistas X transformacionalista) parecem consistentes com os dados - viu-se também que se pôr como obstáculo a uma análise transformacionalista dos dados o fato de que a estrutura com nominal tem todas as características duma FN, é decorrência das características do próprio modelo chomskiano;

b) tais considerações, porém, não foram postas como suficientes para se tratar da questão da opção entre as hipóteses concorrentes, na medida em que o escopo empírico da dissertação foi bastante limitado, deixando-se de lado

(cf. Parte I, n.1 e 3) outras estruturas sob o título de nominalização e que precisam ser levadas em conta no momento da opção empírica por uma ou outra das hipóteses.

## APÊNDICE

|            |   |                     |
|------------|---|---------------------|
| Abater     | - | Abatimento          |
| Abonecar   | - | -----               |
| Abrir      | - | Abrimento, Abertura |
| Acabar     | - | Acabamento          |
| Acidificar | - | Acidificação        |
| Acoplar    | - | Acoplamento         |
| Acoruchar  | - | -----               |
| Adocicar   | - | -----               |
| Afigurar   | - | Afiguração          |
| Agenciar   | - | Agenciação          |
| Amantelar  | - | -----               |
| Amestrar   | - | Amestramento        |
| Amortecer  | - | Amortecimento       |
| Apressar   | - | Apressamento        |
| Associar   | - | Associação          |
| Atiçar     | - | Atiçamento          |
| Aturdir    | - | Aturdimento         |
| Baralhar   | - | Baralhamento        |
| Branquear  | - | Branqueamento       |
| Buscar     | - | Busca               |
| Canonizar  | - | Canonização         |
| Capengar   | - | -----               |
| Carretar   | - | Carreto, Carretagem |
| Cerzir     | - | Cerzimento          |
| Cevar      | - | Ceva                |

|              |   |                            |
|--------------|---|----------------------------|
| Chuchar      | - | Chucha                     |
| Clarificar   | - | Clarificação               |
| Completar    | - | Completamento              |
| Concitar     | - | Concitação                 |
| Confundir    | - | Confusão                   |
| Congregar    | - | Congregação                |
| Conjugar     | - | Conjugação                 |
| Construir    | - | Construção                 |
| Crescer      | - | Crescimento                |
| Cumular      | - | Cumulação                  |
| Dealbar      | - | Dealbação                  |
| Dedignar-se  | - | Dedignação                 |
| Deixar       | - | Deixa, deixamento          |
| Desafinar    | - | Desafinação, desafinamento |
| Desasnar     | - | -----                      |
| Descobrir    | - | Descoberta, Descobrimento  |
| Desconhecer  | - | Desconhecimento            |
| Desenxofrar  | - | Desenxoframento            |
| Desmamar     | - | Desmama                    |
| Depositar    | - | Depósito                   |
| Dessalinizar | - | Dessalinização             |
| Destecer     | - | Destecedura                |
| Desvencilhar | - | Desvencilhamento           |
| Devastar     | - | Devastação                 |
| Discutir     | - | Discussão                  |
| Divinizar    | - | Divinização                |

|              |   |                 |
|--------------|---|-----------------|
| Documentar   | - | Documentação    |
| Ejacular     | - | Ejaculação      |
| Embarrilar   | - | Embarrilagem    |
| Embastir     | - | -----           |
| Empachar     | - | Empachamento    |
| Encalçar     | - | Encalço         |
| Encetar      | - | Encetamento     |
| Encostar     | - | Encostamento    |
| Engalgar     | - | -----           |
| Enlourar     | - | -----           |
| Ensaibrar    | - | Ensaibramento   |
| Entabuar     | - | Entabuamento    |
| Entremostrar | - | -----           |
| Escapulir    | - | Escapulida      |
| Esfriar      | - | Esfriamento     |
| Esmolar      | - | -----           |
| Espinicar-se | - | -----           |
| Extorquir    | - | Extorsão        |
| Feitar       | - | -----           |
| Fiar         | - | Fiação          |
| Forrar       | - | Forração        |
| Fortalecer   | - | Fortalecimento  |
| Fraternizar  | - | Fraternização   |
| Fretar       | - | Fretamento      |
| Gafar        | - | -----           |
| Germinar     | - | Germinação      |
| Gingar       | - | Gingação, Gingo |

|              |   |                 |
|--------------|---|-----------------|
| Guiar        | - | Guiamento, Guia |
| Homologar    | - | Homologação     |
| Humanizar    | - | Humanização     |
| Iluminar     | - | Iluminação      |
| Inaugurar    | - | Inauguração     |
| Injetar      | - | Injeção         |
| Instrumentar | - | Instrumentação  |
| Interceptar  | - | Interceptação   |
| Justificar   | - | Justificação    |
| Lambrisar    | - | Lambrisamento   |
| Levantar     | - | Levantamento    |
| Levedar      | - | Levedação       |
| Limar        | - | Limadura        |
| Limitar      | - | Limitação       |
| Malsinar     | - | Malsinação      |
| Margar       | - | Margagem        |
| Martelar     | - | Martelagem      |
| Mascarar     | - | Mascaragem      |
| Melificar    | - | Melificação     |
| Ministrar    | - | Ministração     |
| Minuciar     | - | -----           |
| Moldurar     | - | Molduragem      |
| Molificar    | - | Molificação     |
| Monotizar    | - | -----           |
| Motivar      | - | Motivação       |
| Naturalizar  | - | Naturalização   |
| Observar     | - | Observação      |

|             |   |                     |
|-------------|---|---------------------|
| Obumbrar    | - | Obumbração          |
| Ordenhar    | - | Ordenha, Ordenhação |
| Organizar   | - | Organização         |
| Ossificar   | - | Ossificação         |
| Ouriçar     | - | -----               |
| Ouvir       | - | -----               |
| Padecer     | - | Padecimento         |
| Paralelizar | - | Paralelização       |
| Paramentar  | - | Paramentação        |
| Parcelar    | - | Parcelamento        |
| Parir       | - | Parto               |
| Parquear    | - | Parqueamento        |
| Pavimentar  | - | Pavimentação        |
| Pensionar   | - | -----               |
| Periodizar  | - | Periodização        |
| Persolver   | - | -----               |
| Perturbar   | - | Perturbação         |
| Pestiferar  | - | -----               |
| Piquetar    | - | Piquetagem          |
| Plumbear    | - | -----               |
| Poluir      | - | Poluição            |
| Povoar      | - | Povoação            |
| Preceder    | - | Precessão           |
| Preconizar  | - | Preconização        |
| Prenunciar  | - | Prenunciação        |
| Preservar   | - | Preservação         |
| Pressurizar | - | Pressurização       |

|              |   |                        |
|--------------|---|------------------------|
| Proclamar    | - | Proclamação            |
| Profanar     | - | Profanação             |
| Proibir      | - | Proibição              |
| Propagar     | - | Propagação             |
| Prosear      | - | -----                  |
| Prosperar    | - | -----                  |
| Pulsar       | - | Pulsação               |
| Quebrar      | - | Quebra                 |
| Rabujar      | - | -----                  |
| Receber      | - | Recebimento, Recepção  |
| Recompor     | - | Recomposição           |
| Recopilar    | - | Recopilação            |
| Recrutar     | - | Recrutamento           |
| Reduzir      | - | Redução                |
| Refincar     | - | -----                  |
| Refusar      | - | Refusão                |
| Regorjear    | - | Regorjeio              |
| Reinvidicar  | - | Reinvidicação          |
| Relaxar      | - | Relaxamento, Relaxação |
| Remediar     | - | Remediação             |
| Remitir      | - | Remissão               |
| Renegar      | - | Renegação              |
| Repetir      | - | Repetição              |
| Representar  | - | Representação          |
| Requisitar   | - | Requisição             |
| Rerratificar | - | Rerratificação         |
| Ressaudar    | - | Ressaudação            |

|              |   |                 |
|--------------|---|-----------------|
| Retrogradar  | - | Retrogradação   |
| Revender     | - | Revenda         |
| Rilhar       | - | Rilhadura       |
| Rogar        | - | Rogação, Rogo   |
| Rotar        | - | Rotação         |
| Saracotear   | - | Saracoteio      |
| Sazonar      | - | Sazonamento     |
| Sensualizar  | - | Sensualização   |
| Sistematizar | - | Sistematização  |
| Situar       | - | Situação        |
| Sobestar     | - | -----           |
| Somiticar    | - | -----           |
| Sublevar     | - | Sublevação      |
| Subvencionar | - | -----           |
| Sumir        | - | Sumiço, Sumição |
| Suscitar     | - | Suscitação      |
| Taipar       | - | Taipamento      |
| Taquear      | - | Taqueamento     |
| Tatuar       | - | Tatuagem        |
| Taxar        | - | Taxação         |
| Tesourar     | - | Tesourada       |
| Tomar        | - | Tomada          |
| Tornejar     | - | Tornejamento    |
| Tossir       | - | Tossida         |
| Tracejar     | - | Tracejamento    |
| Tranar       | - | -----           |
| Transformar  | - | Transformação   |

|              |   |                |
|--------------|---|----------------|
| Translucidar | - | Translucidação |
| Transtornar  | - | Transtorno     |
| Trasladar    | - | Trasladação    |
| Trinchar     | - | Trincho        |
| Tutorar      | - | -----          |
| Variar       | - | Variação       |
| Velhaquear   | - | -----          |
| Vencer       | - | Vencimento     |
| Vingar       | - | Vingança       |
| Visitar      | - | Visita         |
| Vivificar    | - | Vivificação    |
| Volumar      | - | -----          |
| Vulnerar     | - | Vulneração     |
| Zabumbar     | - | Zabumbada      |

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Napoleão Mendes de. 1967. Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa. 20ed. S.Paulo, Saraiva.
- Bach, E. & Harms, R.T. (eds.) 1968. Universals in Linguistic Theory. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- Basílio, Margarida Maria de Paula. 1977. Aspects of the Structure of the Lexicon: Evidence from Portuguese. Dissertação de doutorado, Faculty of the Graduate School of the University of Texas, Austin, inédito.
- Bierwisch, M. & Heidolph, K.E. (eds.) 1970. Progress in Linguistics: A Collection of Papers. The Hague, Mouton.
- Campbell, M.A. et alii (eds.) 1970. Papers from the Sixth Regional Meeting, Chicago Linguistic Society. Chicago, Chicago Linguistic Society.
- Chapin, Paul G. 1970. "On Affixation in English". In: Bierwisch & Heidolph (eds.): 51-63.
- Chomsky, Noam. 1957. Syntactic Structures. The Hague, Mouton.
- \_\_\_\_\_. 1962. "A Transformational Approach To Syntax". In: Fodor & Katz (eds.): 211-45.
- \_\_\_\_\_. 1965. Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge (Mass.), The M.I.T. Press.
- \_\_\_\_\_. 1967. "Remarks on Nominalization". In: Jacobs & Rosenbaum (eds.): 184-221.

- Chomsky, Noam. 1968. "Deep Structure, Surface Structure, and Semantic Interpretation". In: Steinberg & Jakobovits (eds.): 183-216.
- \_\_\_\_\_. 1971. "Some Empirical Issues in the Theory of Transformational Grammar". Trad. espanhola em Sánchez de Zavala (comp.): 444-524.
- \_\_\_\_\_. 1976. Reflections on Language. London, Temple Smith.
- \_\_\_\_\_ & Halle, M. 1968. The Sound Pattern of English. New York, Harper & Row.
- Comrie, Bernard. 1976. "The Syntax of Action Nominals: A Cross-Language Study". Lingua, 40:177-201.
- Cunha, Celso. 1970. Gramática Moderna. Belo Horizonte, Bernardo Álvares.
- Fillmore, Charles J. 1967. "The Case for Case". In: Bach & Harms (eds.): 1-88.
- Fodor, J.A. & Katz, J.J. (eds.) 1964. The Structure of Language: Readings in the Philosophy of Language. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- Franchi, Carlos. 1976. Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem. Tese de doutoramento, Unicamp, Campinas, inédito.
- Fraser, Bruce. 1970. "Some Remarks on the Action Nominalization in English". In: Jacobs & Rosenbaum (eds.): 83-98.

- Hooper, Joan B. 1973. Aspects of Natural Generative Phonology. Dissertação de doutoramento, University of California, Los Angeles. Editada em livro: An Introduction To Natural Generative Phonology. New York, Academic Press, 1976.
- Jackendoff, Ray S. 1972. Semantic Interpretation in Generative Grammar. Cambridge (Mass), The M.I.T. Press.
- Jacobs, R.A. & Rosenbaum, P.S. (eds.) 1970. Readings in English Transformational Grammar. Waltham (Mass. ), Ginn.
- Jespersen, Otto. 1924, The Philosophy of Grammar. Trad. francesa: Paris, Les Éditions de Minuit, 1971.
- Katz, J.J. & Postal, P.M. 1964. An Integrated Theory of Linguistic Descriptions. Cambridge (Mass.), The M.I.T. Press.
- Lakoff, George. 1969. "On Generative Semantics". In: Steinberg & Jakobovits (eds.):232-96.
- \_\_\_\_\_. 1970. Irregularity in Syntax. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- Lees, Robert B. 1960. The Grammar of English Nominalizations. The Hague, Mouton.
- Lima, C.H. Rocha. 1972. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 15.ed.ref. Rio, José Olympio.
- Lyons, John. 1968. Introduction to Theoretical Linguistics. Cambridge(Eng.), Cambridge University Press.
- McCawley, James D. 1968a. "Lexical Insertion in a Transformational Grammar Without Deep Structure". Trad. espanhola de Sánchez de Zavala(comp.):259-75.

- McCawley, James D. 1968b. "The Role of Semantics in a Grammar". In: Bach & Harms (eds.): 124-69.
- Newmeyer, Frederick J. 1970. "The Derivation of the English Action Nominalization". In: Campbell et alii (eds.): 408-15.
- Perini, Mário A. 1976. A Gramática Gerativa: Introdução ao Estudo da Sintaxe Portuguesa. Belo Horizonte, Vigília.
- Ruwet, Nicolas. 1967. Introduction à la Grammaire Générative. Trad. portuguesa: S. Paulo, Perspectiva, 1975.
- Sánchez de Zavala, Victor (comp.) 1974. Semântica y Sintaxis en la Lingüística Transformatória, I: Comienzos y Centro de la Polêmica. Madrid, Alianza.
- Schachter, Paul. 1976. "A Nontransformational Account of Gerundive Nominals in English". Linguistic Inquiry, vol. 7.2: 205-41.
- Steinberg, D.D. & Jakobovits, L.A. (eds.) 1971. Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology. Cambridge (Eng.), Cambridge University Press.
- Stockwell, R. et alii. 1973. The Major Syntactic Structures of English. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- Torres, Artur de Almeida. 1961. Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa. 20.ed.rev. e amp. Rio, Fundo de Cultura.
- Votre, Sebastião Josué. 1974. Substantivos Derivados de Bases Verbais: Abordagem Transformacional. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, Porto Alegre, inédito.